



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANGÉLICA ROSSI

**DO REGRAMENTO SOCIAL: A IMPRENSA COMO DIFUSORA DE MODOS DE
VIDA (1950-1960)**

ERECHIM

2014

ANGÉLICA ROSSI

**DO REGRAMENTO SOCIAL: A IMPRENSA COMO DIFUSORA DE MODOS DE
VIDA (1950-1960)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
licenciado em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul

Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza

ERECHIM

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Rossi, Angélica
Do Regramento Social: A imprensa como difusora de
modos de vida (1950 - 1960)/ Angélica Rossi. -- 2014.
64 f.:il.

Orientador: Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História
, Erechim, RS , 2014.

1. Civilidade. 2. Imprensa. 3. Erechim. 4.
Sociabilidades. I. Souza, Dr. Fábio Francisco Feltrin
de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul.
III. Título.

ANGÉLICA ROSSI

**DO REGRAMENTO SOCIAL: A IMPRENSA COMO DIFUSORA DE MODOS DE
VIDA (1950 – 1960)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
19/12/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)

Prof. Dra. Débora Clasen de Paula (UFFS)

Prof. Dr. Marcelo Róbson Téo (UDESC)

Agradecimentos

É difícil gerar boas idéias, talvez esse seja o maior medo na construção de um trabalho monográfico, talvez muito seja fruto de nossas inquietações durante os anos de graduação.... Aos poucos, fui me apaixonando pelas fontes, me surpreendendo com as inúmeras possibilidades, talvez delimitar seja uma das mais tristes partes da escolha.

Não posso deixar de agradecer ao Fábio, orientador e professor, pois foi sem dúvida ele quem me conduziu a essa pesquisa através da disciplina de História Moderna, onde com as leituras sobre cultura popular, modernidade e civilidade me encantou os olhos para essas questões. Agradeço muito sua paciência, sua ajuda e todo o zelo que demonstrastes, se cheguei até aqui e tenho algum mérito este também é seu.

Gostaria também de agradecer a equipe do Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font pela atenção e prestatividade recebida nas tantas tardes de pesquisa junto aos materiais.

Como ninguém chega do nada a lugar nenhum, fica implícita aqui a participação de muitas pessoas, família, amigos e colegas... São eles que nos acompanham e auxiliam nos momentos cotidianos, que somados erigem nossas posturas.

Quero ainda agradecer imensamente a minha banca, Marcelo que mesmo de longe se prestou a dedicar tempo e esforço pra arguição do meu trabalho e a queridíssima Débora que de última hora, devido aos imprevistos, aceitou a corrida contra o tempo pra ler e poder participar da banca. Meu muito obrigado pela gentileza, prestatividade e inúmeros conselhos que sem dúvida me serão muito valiosos no aperfeiçoamento da pesquisa.

“O homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem “civilizado”. [...] Este estado de coisas talvez pareça óbvio a muitas pessoas, e alguns julgarão desnecessário referi-lo aqui. Mas ele necessariamente acarreta algumas perguntas que não podemos, com a mesma justiça, dizer que estejam claramente presentes na consciência das atuais gerações, embora estas questões não deixem de ter importância para uma compreensão de nós mesmos”

Norbert Elias. O Processo Civilizador.

“as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”

Roger Chartier. A História Cultural: entre práticas e representações.

RESUMO

O presente trabalho intenta problematizar elementos de normatização dos comportamentos, principalmente discursos de civilidade, na imprensa local veiculada na cidade de Erechim – RS nas décadas de 1950 e 1960, através da análise do jornal A Voz da Serra e da Revista de Erechim; partindo da visão de que a modernidade traz a exigência de uma maneira de se portar adequada. Nesse ímpeto pretendeu-se verificar se existiam espaços na imprensa impressa local onde se realizavam essas inserções e quais as características que estas possuíam, tais como público alvo, natureza do conteúdo e formatação dos discursos. Foi possível identificar diversas inserções (tais como colunas, matérias e propagandas) que formam uma rede de civilidades em que se constatam uma trama que envolve códigos de regramento social em que estão presentes maneiras de intervenção no corpo (enquanto formação de um tipo ideal), maneiras de saber se vestir e comportar (em termos de reconhecimento nos exercícios de sociabilidade), além de condutas morais adequadas (de forma a exemplificar um cidadão de bem).

Palavras-chave: Civilidade. Sociabilidades. Imprensa. Erechim.

ABSTRACT

This paper intends to question standardization aspects of the practices, mainly civility speeches, in the local press conveyed in the city of Erechim-RS in the 1950s and 1960s, through the analysis of newspapers *A Voz da Serra* and the *Revista de Erechim*; starts with the insight that modernity brings the need for a proper way to go. This momentum was intended to investigate whether there were spaces in the local printed press where it performed these inserts and what features they had, such as target audience, nature of the content and formatting of speeches. It was possible to identify several inserts (such as speakers, materials and advertisements) that form a network in which civilities not exhibit a plot that involves social codes that are presenting rules intervention ways in the body (as formation of an ideal type) ways to learn to dress and behave (in terms of recognition in sociability exercises), and appropriate moral conduct (in order to illustrate a well-citizen).

Keywords: Civility. Sociability. Press. Erechim.

Sumário

1. INTRODUÇÃO: Ou sobre uma trajetória de civilidades	10
2. Narrativas e/de construção de civilidades	18
2.1. Feminilidades: corpo feminino enquanto espaço privilegiado de ação.....	30
2.2. Civilidade em propaganda: do vender e comprar padrões	33
3. O civilizar-se erechinense: regramento social nas páginas da imprensa	37
3.1. Preceitos do Dia.....	37
3.1.1 Higiene mental: os loucos e a loucura	39
3.2 Infância	40
3.3 Moralidade	41
3.3.1 Campanha da boa leitura	43
3.3.2 O carnaval	43
3.3.3 O divórcio.....	44
3.3.4. Os anos 60.....	47
4. Medicalização da civilidade: o discurso médico na moldagem social	50
5. À guisa de considerações finais.....	59
6. Referências	62

1. INTRODUÇÃO: Ou sobre uma trajetória de civilidades

Erechim, 24 de junho de 1951. A terceira página do Jornal A Voz da Serra apresenta três pequenos artigos sob o desígnio “Eugenia e Beleza”. Tais artigos, por sua vez, abordavam o cuidado com os dentes, esperanças quanto a calvície, alimentação saudável, gripes e outras enfermidades do corpo e da alma. Embora o título “Eugenia e Beleza” só tenha aparecido nesse episódio, tal preocupação perpassará as mais diversas inserções contidas nas páginas da cidade, de forma a constituir um *corpus* documental de grande importância para um estudo dos modos de apresentar-se ao mundo, dos comportamentos públicos e privados e dos códigos de civilidade como o proposto neste trabalho.

Levar a cabo uma pesquisa nesse sentido requer, inevitavelmente, reconstruir a trajetória do conceito central deste trabalho. Em vistas a isso, o marco analítico de tal possibilidade encontra-se, no movimento dos *Annales*. Nele, fruto da insatisfação quanto a uma história factual, voltada aos grandes homens, batalhas e estratégias diplomáticas temos a proposição de uma história problema, possibilitada por um alargamento dos horizontes da disciplina levando em conta métodos e temáticas das demais ciências humanas. Conforme o historiador Roger Chartier (1987), em resposta a isso, historiadores colocaram em prática estratégias de captação, donde adveio o surgimento de novidades em termos de objetos para as questões históricas, abrindo caminho para discussões como as atitudes perante a vida ou a morte, sobre crenças, rituais e comportamentos religiosos, além de formas de sociabilidade, relações familiares e sistemas de parentesco. Deixando claro, dessa forma, uma constituição de territórios novos para os historiadores que perpassavam anexações de territórios alheios, como no caso da nova história cultural e o que seria a quarta geração dos *Annales*.

A historiografia do século XX pode ser caracterizada pela multiplicação de domínios, objetos e abordagens. Nesse sentido, uma característica própria da nova história cultural parece ser a conciliação entre os novos domínios de investigação, ou seja, a necessidade de um diálogo verdadeiramente interdisciplinar. Fato que parece traduzir a estratégia da disciplina visando apropriar-se de legitimidade científica se apoiando nas aquisições intelectuais que a haviam fortalecido.

Para os objetivos deste trabalho, é importante destacar que a história cultural, tem como objeto principal o reconhecimento dos modos como em diferentes lugares e momentos determinadas realidades sociais são construídas e dadas a ler. Um caminho pelo qual essa tarefa se dá trata das delimitações que constituem as apreensões do mundo social, sendo estas categorias indispensáveis da percepção ou apreciação do real. Essas variáveis são produzidas pelos grupos através de suas disposições próprias. O sociólogo Pierre Bourdieu afirma que o simbolismo tem o poder de construir a realidade. Para ele, “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social.” (1989, p. 10). O simbolismo pode ser utilizado também como instrumento de dominação. Nessas relações de poder, que esta imbricada a dominação, o simbolismo cumpre a função política de imposição e legitimação dessa dominação. Na modernidade, esse simbolismo será crucial na construção de todo um jogo de distinção operado entre classes e grupos sociais.

A modernidade, nas palavras de Charles Baudelaire, é “o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável” (BAUDELAIRE, p. 24: 1996), é um advento de contradição e paradoxo. Como experiência de vida, a modernidade traz a tona um espectro de possibilidades, instaurando novas vivências. Nesse ímpeto, Marshall Berman (1986) contribui demonstrando que a experiência da modernidade anula todas as fronteiras (geográficas, raciais, de classe, religiosidade, nacionalidade e ideologia) e nesse sentido ela uniria a humanidade. Mas como a modernidade é paradoxo, essa unidade seria também uma “desunidade”, ao passo em que nos situa em um turbilhão de permanente mudança e desintegração, de ambiguidades e contradições. É nesse contexto, podemos encontrar um princípio de ruptura em direção a uma distinção social, que pode ser pensado como palco para a origem de um discurso de civilidade, na análise e no conceito de cultura popular de Peter Burke. Através das considerações de Burke (1989), temos um período marcado pelas contestações religiosas da Reforma e Contra-reforma em relação à ocorrência do carnaval com suas licenciosidades em meio ao clima santo da quaresma. Como maneira de se diferenciar do povo comum (que estava envolvido nas festividades do carnaval, que eram tidas como impróprias) aconselhava-se uma vida regrada, com maneiras de se portar distintas. Mesmo sendo parte do povo, a classe dominante

inicia um processo de mudança comportamental, em busca de reconhecimento como classe distinta dos maus hábitos atribuídos ao povo comum.

Para o sociólogo Norbert Elias (2011), essa mudança comportamental de conduta e sentimentos é vista como um processo civilizador. Elias demonstra que a modelação social é complexa e necessita de uma estrutura rígida de regulação das pulsões humanas. Nesse processo civilizador, a demanda por leitura demonstra o avanço da sociedade; numa medida em que para a transformação e consequente modelação da conduta era necessário escrever manuais destinados a leitura voltada a esse fim. O sociólogo alemão exemplifica ainda o clima de tensão que perpassava o interior da sociedade como uma bolsa de valores, onde cada indivíduo tinha uma estimativa de valor. Para manter toda a pompa do segmento, a maioria das pessoas vivia em constante competição por favores e prestígio, e já que esse status era mantido por relações complexas de favorecimento a dependência estava intrinsecamente ligada a novas disputas. As intrigas e conflitos assumem papel fundamental na conquista e manutenção da distinção social.

O permanente jogo pela distinção social instaurou um sentimento de vergonha e medo de uma degradação social. Sem a instauração de uma série de medos e tabus a sociedade nunca faria parte efetiva da nova conduta social que se almejava. Como exemplo de distinção, as classes dominantes personificavam a vida regrada e cheia de símbolos. Tudo era pautado por uma rede de civilidade, as vestimentas, as expressões e modos de agir. Qualquer detalhe se convertia em simbologia. A própria etiqueta surge dessa sensibilidade estética como o regramento da conduta como princípio de distinção.

A normatização das condutas e modos de se apresentar perpassava os mínimos detalhes da vida social, desde a mesa até a devida postura em lugares públicos. As classes dominantes acabavam assumindo, com a ritualização da vida imposta pela etiqueta, certo aspecto teatral. O comportamento era modelado e regulado, de maneira que a manifestação de sentimentos (e até de intenções) não era compatível com a cena pública. Seguindo essa esteira argumentativa, Lilia Schwarcz afirma:

Em sociedades como essas, rigidamente estruturadas e cujas marcas exteriores convertiam-se em símbolos de status, demonstração de

hierarquias e de regras de prestígio, desenvolve-se uma determinada sensibilidade ritual, uma “maquinaria do cerimonial”, cujo resultado, além de uma regulamentação de influências e posições, é o controle e a contenção dos sentimentos e da manifestação das sensações. (1999, p. 196)

As distinções comportamentais acabaram por falsear as diferenças sociais, levando a concluir que cada sociedade tinha sua “gramática”, seu regramento. Nesse sentido, existem atividades, gostos, costumes e posturas encarados como alocadas a uma parcela imponente da sociedade. Nesse sentido, se faz importante lembrar que, segundo Norbert Elias (2011), o conceito de civilidade adquire sua delimitação e funções específicas a partir do século XVI e teria a raiz dessa definição oriunda na obra “De civilitate morum puerilium” (Da civilidade em crianças) de Erasmo de Rotterdam. Trazendo a palavra antiga *civilitas*, Erasmo dá nova força e nitidez a sua significação, que acabou por atender a uma necessidade social da época.

Publicada em 1530 na Basileia, tal obra não teria sido a primeira no que referiria se a temática de uma regulamentação do comportamento, mas ao atingir grande sucesso dá o pontapé inicial ao gênero impresso versando sobre civilidade. Conforme Chartier (2004, p. 53), a obra de Erasmo demonstra marcadamente uma época em que instauravam-se novas exigências, frente ao recuo progressivo das regras tradicionais de uma vida cavalheiresca em contraponto a uma vida social mais densa onde há uma dependência mais fechada e pesada nas relações pessoais.

Sobre a obra de Erasmo, Revel (1991, p. 174) aponta para a universalidade dos princípios, uma vez que Erasmo diz ser vergonhoso para pessoas bem nascidas ter comportamentos inadequados a seu nível. E aqueles que nascem em condição humilde devem empenhar-se na aquisição de boas maneiras de forma a compensar o que lhes havia sido recusado. Sendo assim ninguém poderia escolher as venturas de sua vida, mas é possível a todos obter boas maneiras que o qualifiquem.

Chartier (2004) lembra ainda que a civilidade, enquanto noção, perpassa por um movimento duplo e contraditório: ao mesmo tempo em que passa a ser difundida em escalas cada vez maiores com vistas de uma instauração de modos de saber viver e saber ser na sociedade, passa também a receber críticas e sofrer desvalorizações dentre uma literatura elitista uma vez que os signos dessa parcela acaba sendo divulgado ao ponto de ser desvelado de modo a fazê-las abandonar tal

tradição simbólica de distinção. Importante ainda perceber que a trajetória da noção de civilidade, com o passar do tempo, vai se estreitando e enfraquecendo, apesar das inúmeras tentativas de reformulação. Afastando de um estatuto ético e cristão, a noção de civilidade passará a expressar uma aprendizagem e respeito quanto a “maneiras convenientes na vida das relações” (CHARTIER, 2004, p. 89); exprimindo assim instaurações desejadas de coerções subjugantes.

O termo civilidade constitui um corpus de significados formado por diversos empregos de sua noção que está longe de ser delimitado sumariamente. Uma primeira aproximação levaria em conta a presença de seu significado em dicionários pautados em seu radical nos termos de *civil*, *civilização* e *civilizar* acarretando assim uma noção que se inscreve no espaço público social em oposição a barbárie (CHARTIER, 2004). Em segundo lugar, no que concerne a aparição de *civil* e *civilmente*, teremos a construção de significados em termos de indicadores de virtudes mundanas, implicando designações como honesto, polido, cortês, bem educado. Percebemos, assim, o delinear, no âmbito da civilidade, uma externalização que trará a preocupação com as maneira de ser.

Chartier ainda aponta uma terceira via de significação. Nela, civilidade será confrontada com honestidade, conveniência e polidez; esses três substantivos possuem relações íntimas com a civilidade já que podem ser valorizados enquanto civilidade ou sua falta pode denotar desqualificação num conjunto de posturas. Por fim, o historiador propõe perceber a civilidade enquanto campo semântico aberto e movente, fazendo referência a noções “éticas (moral, virtude, honra), a designações sociais (corte/cortesão, povo/popular), a oposições fundadoras (público/privado)” (CHARTIER, 2004, p. 47). A moldagem social torna-se parte importante desse empreendimento civilizatório, uma vez que, como afirma Revel (1991, p. 169) “nos movimentos do corpo e do rosto, na postura e na veste encontram-se os elementos de uma caracterização psicológica e de uma taxonomia social. Nesses signos falantes baseia-se um léxico do reconhecimento”. O saber portar-se adequadamente é que irá, por sua vez, garantir então o reconhecimento do sujeito enquanto portador de civilidade e dessa forma garantir sua valoração para a sociedade.

No Brasil os manuais de civilidade/etiqueta remetem à vinda da Corte ao Rio de Janeiro e com ela anseios de equiparação para com uma elite distinta, mais

especificamente europeia. Conforme Rainho (1995), tais manuais apareciam através de anúncios em jornais descritos como se tratando de suportes imprescindíveis às pessoas que almejassem tratar-se como bem sucedidos na sociedade.

O exemplo europeu de nascimento, foi transportado, assimilado e incorporado de diferentes maneiras em cada local a que chegava. O transplante dos usos da civilidade para o Brasil é demonstrado por Lilia Schwarcz (1999), quando afirma:

Diante de uma realeza isolada, em meio às demais repúblicas americanas, de um Império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição e de uma nobreza titulada recém-criada, tais guias foram recebidos com o entusiasmo daqueles que tentam apagar as pistas de seu caráter recente e bastante improvisado. (1999, p. 202)

Partindo das novas regras para o comportamento social, ganharam destaque os manuais de boas maneiras. De maneira didática e sucinta, tais guias de conduta objetivavam impor os modelos para a criação da nova civilização, de modo a instaurar uma ritualística, sendo logo aceitos pelo seu teor de novidade. Esse momento acaba sendo o propulsor do convívio social intenso, pois as elites rurais vem morar nas cidades, fazendo com que a vida em sociedade ganhasse força e daí se instituíssem programas sociais, como jantares, bailes, concertos e teatros.

As festas se tornaram palco da representação da corte, em puro instrumento de estratégia da afirmação de sua realeza. Tais festas eram ainda ocasiões de pura demonstração da exterioridade, eram episódios para ver e ser visto. Toda pompa ia além de qualquer sentimento (seja cívico ou religioso, dependendo da festividade em questão) para transformar-se em puro pretexto ao exercício da sociabilidade.

O espaço dessa análise encontra-se focado na cidade de Erechim, norte do Rio Grande do Sul. A cidade deriva da fundação da Colônia Erechim (topônimo originário do Kaingang que significa “campo pequeno”) em 6 de outubro de 1908 e abrangia grande parte do que seria a região noroeste do Rio Grande do Sul. Somente em 1918 Erechim é desmembrada e emancipa-se. A criação da Colônia é em grande parte influenciada pela construção da estrada de ferro que acaba por atrair grande número de pessoas para trabalhar em sua construção. Aí inicia-se o crescimento da região e conseqüente emancipação a nível de município das regiões que formavam a colônia. De início Erechim foi nomeada Paiol Grande, adquirindo sucessivamente outras designações como Boa Vista, Boa Vista de Erechim, José

Bonifácio e por fim Erechim. Uma característica marcante da cidade é justamente o fato de ter sido uma das primeiras a ter sua ocupação de terras planejada. Seu plano urbanístico foi elaborado pelo engenheiro civil Carlos Torres Gonçalves e tem como referência conceitual as cidades de Paris, Washington e Belo Horizonte.

Este trabalho monográfico pretende analisar duas publicações produzidas e veiculadas na cidade de Erechim: O Jornal *A Voz da Serra* e a *Revista de Erechim*, ambas editadas pela Livraria e Tipografia Modelo. O Jornal tem sua primeira publicação em 26 de outubro de 1929 e era chamado de *O Boavistente*. Nome dado ao jornal em função da sede do município chamar-se Boa Vista do Erechim, que mais tarde viria a se chamar *A Voz da Serra* com circulação até o ano de 2001. Já a *Revista de Erechim* surge em junho 1951, apresentando-se com desígnios de se tratar de um mensário ilustrado que abordaria assuntos sociais, intelectuais, artísticos e econômicos. O empreendimento de circular uma revista para a cidade de Erechim nessa época simbolizava o interesse de servir como elo para uma ligação regional, com o Rio Grande do Sul, e até mesmo sinalizar sua existência para o resto do país. Buscava-se então um empreendimento que se equiparasse a Revista do Globo editada em Porto Alegre, para demonstrar que Erechim, que estava despontando como centro econômico da região, também se tratava de um importante centro cultural.

Partindo disso, a problemática do trabalho em questão gira em torno de perceber a inserção de preceitos de civilidade na imprensa da cidade de Erechim – RS nas décadas de 1950 e 1960, mais especificamente no jornal *A Voz da Serra* e na *Revista de Erechim*. Nessa perspectiva, buscar-se-á perceber de que maneira um ideal de normatização de comportamentos está presente na imprensa, quais comportamentos eram difundidos e conseqüentemente com quais padrões se estava lidando, verificando os espaços dentro do segmento impresso em que se davam tais discursos, de forma a traçar uma rede de civilidades neles presente. Tal empreendimento sinaliza sua importância se pensarmos que, à época, cidade valorizava e buscava as marcas de uma certa modernidade, já que detinha bons índices de crescimento econômico. E editoração da Revista de Erechim, suspeitamos, parecer estar ligado a um empreendimento político de reconhecimento

social, já que Erechim despontava como polo econômico, político e social do Rio Grande do Sul.

Destacamos que, mesmo se tratando de uma região em que há a presença de cursos de nível superior no campo da História, tal temática ainda encontrava-se inexplorada até o momento, fato que abre um leque imenso de possibilidades de abordagens. Dito isso, apresentaremos uma possibilidade e tentaremos examinar os problemas levantados em três partes: o primeiro capítulo discute a questão da civilidade na imprensa, mergulhando no universo estudado de forma a apresentar como tal relação se manifestava nas páginas da imprensa da cidade de Erechim – RS nos anos de 1950 e 1960, através do Jornal A Voz da Serra e da Revista de Erechim. Já de início apresentar-se-á os meios dentro dessas publicações por onde se inseriam tais discursos, traçando uma tipologia de questões que formariam uma rede de civilidades.

O segundo capítulo aprofundar-se-á em tais materiais, discutindo-os dentro de seus respectivos recortes temáticos, de forma a construir um quadro sistemático acerca da composição de uma rede de civilidades no aporte impresso, busca-se compreender como se operavam tais discursos, o que almejavam e a quem se destinavam.

O terceiro capítulo tratará especificamente da inserção médica no que convém à civilidade. Para essa discussão serão examinadas as sessões assinadas por médicos inseridas no contexto da imprensa, representada substancialmente pela coluna “Conselhos de beleza”, na qual se veem inseridas as discussões sobre saúde e beleza enquanto parte substancialmente importante na criação e manutenção dos padrões tidos como aceitos enquanto civilizados.

2. Narrativas e/de construção de civilidades

Aquilo que naturalizamos como “civilidade” ou “urbanidade”, mesmo sem nos darmos conta, constitui tão somente uma experiência histórica e contingencialmente constituída. Ao invés de natural, representa um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos, esforço para, justamente, conter a manifestação de sensações e movimentos “espontâneos” do corpo e da alma. Trata-se do processo histórico de cerceamento intencional de tudo que possa lembrar a animalidade, daí uma certa associação do natural com o grotesco ou bizarro. Processo de codificação informado por diferentes saberes e discursos. (Stephanou, 1999, p. 18)

Os manuais de civilidade e etiqueta e todo um conjunto de impressos serão veículos fundamentais na difusão das adequadas maneiras de se portar e são indício importante da ansiedade das elites brasileiras no século XIX. Uma vez preocupados com a difusão de “ensinamentos relativos ao comportamento social” esses impressos seriam peças fundamentais para a percepção “de como o comportamento pessoal e político se articulam” (PECHMAN, 1999, p.75); demonstrando, assim, que esse processo de subjetivação operado pelos discursos de civilidade construía sujeitos adestrados ao convívio social mediado por valores aceitos como normas. Sendo assim, o estudo da civilidade demonstra que

o alcance desta prática, os manuais e a imprensa irão transformar a normatização dos grandes e pequenos detalhes da vida social cotidiana, num “projeto” de alcance muito mais amplo (Pechman 1999, p.75).

Em um trabalho que pretende problematizar as funções da mídia impressa na difusão dos valores modernos de civilidade, faz-se importante um diálogo mais estrito com a noção de pedagogias culturais. Essa chave de leitura diz respeito a qualquer forma de educação que tenha se dado através de práticas culturais ou outras instituições que não a escola tradicional. Sendo assim, uma noção que se destaca enquanto considerativa dos potenciais educativos de mídias tais como desenhos, jornais e revistas, programas de televisão e a publicidade em geral. O potencial educativo de tais artefatos é ressaltado, pois ao trazerem a tona representações estes tornam-se suportes a partir de onde o público leitor irá construir ou solidificar sua identidade, uma vez que apresentam formas de ver, pensar, agir e até de ver a si mesmo.

As décadas de 1950 e 1960, como assinalam, Salerno e Cunha (2011), representam um momento de intensa efervescência e transformação cultural e social, no qual o crescimento e desenvolvimento urbano, aliado às inovações tecnológicas, criam um certo ambiente de modernidade. Principalmente em relação , às aspirações das elites e da imprensa, conforme Baptista e Abreu, em “apresentar um Brasil moderno, sintonizado com os avanços tecnológicos de um mundo que se reorganizava após a Primeira Guerra Mundial [...] a revista reflete as aspirações de um país que se preparava para uma nova era” (p.8 , 2010). Segundo os autores citados, “as revistas de variedades surgem no Brasil, efetivamente, em 1849, com a publicação de *A Marmota da Corte*, periódico que abusa no uso das ilustrações como forma atrair leitores, inclusive os não alfabetizados pertencentes às classes abastadas” (p. 4, 2010). É nesse início do século XX que se dá o pontapé quanto a uma diversificação de publicações, acompanhando o crescimento da indústria, onde a fotografia terá lugar de destaque na composição de periódicos que irão por sua vez construir um mercado onde os veículos publicitários (mais especificamente revistas) passem a ser constituídos por uma pauta imagética de forma a atrair o olhar consumidor, instaurando um regime de visualidade onde a imagem é o veículo central na exposição de posturas educadoras na modelagem dos corpos.

A passagem dos anos de 1950 para os anos de 1960 demonstra uma mudança na característica das revistas. Com a audiência da televisão alcançando níveis cada vez maiores, a reprodução de imagens e conteúdos das revistas, retratados com atraso devido a frequência semanal, vão perdendo espaço. Por outro lado, é também nessa época que o segmento revista se consagra enquanto veículo publicitário de excelência. Em sintonia com o crescimento industrial, cria-se um novo conceito: as revistas vitrines, que passarão a se voltar para o atendimento de públicos e necessidades específicas. Ocorre, dessa forma, o que costuma-se chamar na teoria da comunicação de segmentação. A visão de mercado, sob o viés editorial, traz a tona a subdivisão dentre as categorias já existentes nos periódicos: se passará para além de revistas masculinas ou femininas, histórias infantis, em quadrinhos ou fotonovelas. Surgirão assim revistas voltadas para o setor automobilístico, para moda, casa, cozinha, construção dentre outros.

A professora Maria Teresa Santos Cunha (2006) aponta que, a partir da segunda metade do século XX, pode-se perceber uma larga difusão de materiais

imagético e textualmente corroborativos acerca de uma normatização de comportamentos, mas não especificamente identificados sob o desígnio de manuais. Justificando-se dessa forma, a ampla inserção dessa pauta na imprensa, de forma que, como afirma Fornazari (2001):

Se na Idade Média, Erasmo de Rotterdam delimitou toda uma faixa acerca da conduta humana, contemplando as principais situações da vida social e de convívio, no século XX, as revistas, tanto femininas quanto de variedades, traziam normas que promoviam um devir desejado, idealizado, destinado principalmente às mulheres. (p. 65)

Nas publicações estudadas, *Jornal A Voz da Serra* e *Revista de Erechim*, por se tratarem de empreendimentos trazidos a luz pela mesma Editora e Livraria, algumas das seções e colunas podem ser encontradas em ambas. Embora cada um tenha suas particularidades, os discursos operam geralmente em mesmo sentido. No que concerne a *Revista de Erechim* tem-se mais especificamente uma publicação que, não preocupada num sentido de levar informações como seria o caso do jornal, incumbir-se-ia de retratar e efervescência social da cidade investindo especialmente em publicações imagéticas: fotos e/de acontecimentos sociais marcantes, de maneira a instaurar um veículo para ver e ser visto.

Corroborando com Salerno e Cunha (2011) as imagens por sua vez carregam certa pedagogia, uma vez que se tornam formas de ensinamento quanto a pensar, agir e estar referente as coisas do mundo. Nesse sentido, Cunha (1999) argumenta que:

As imagens que estampam as capas dos livros podem ser decifradas como um conjunto de signos, como um suporte para representações ideológicas; a linguagem dos títulos aguça a imaginação e faz pensar no seu conteúdo, e a linguagem das disposições tipográficas pode dar uma organização mais ou menos clara à leitura. Isso nunca escapa aos leitores. (p. 51)

Mesmo que não se tratando, na análise aqui pretendida, especificamente de livros, essa indústria cultural, tendo em vista os meios de comunicação, acaba por introjetar ideais, criar posturas e dessa forma moldar imaginários. Através da mídia impressa temos uma circulação de informações que, por sua vez, transformar-se-ão em tipos ideais e construtores de identidades carregadas de significados e representações.

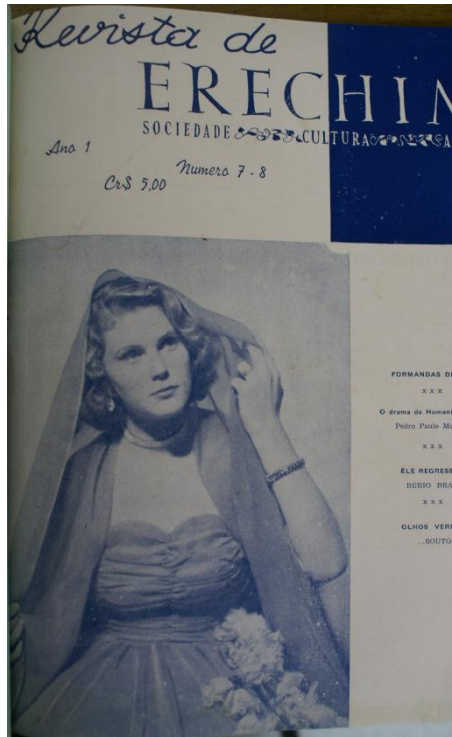
O caso da *Revista de Erechim* é em grande parte explicativo disso. Desde a s primeiras anúncios no jornal de que surgiria uma revista na cidade, notou-se o

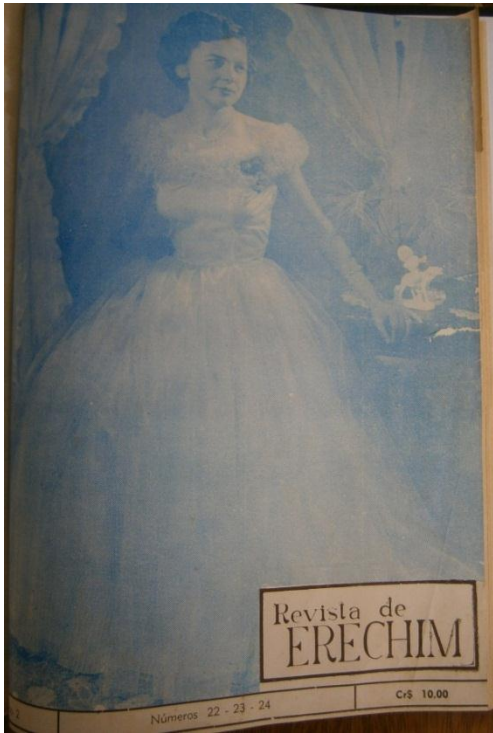
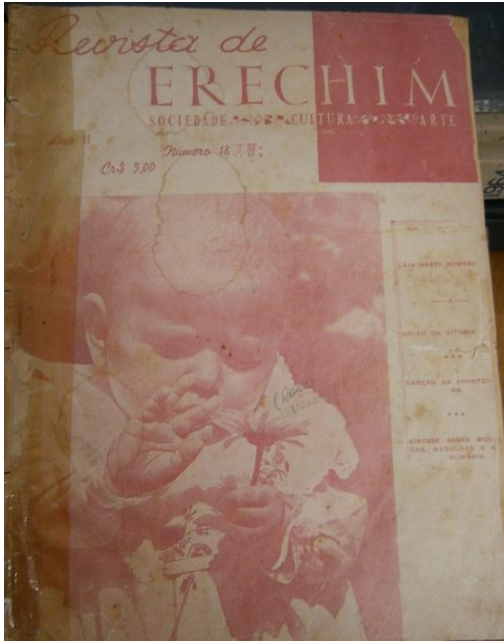
interesse em demonstrar que ela teria um caráter fortemente imagético. Isso porque a prioridade da revista seria a publicação de imagens, tais como fotos de acontecimentos sociais como festas, casamentos, aniversários e retratos pessoais, com preços atrativos de modo a incentivar a clientela a criar uma cultura de representação das sociabilidades citadinas.

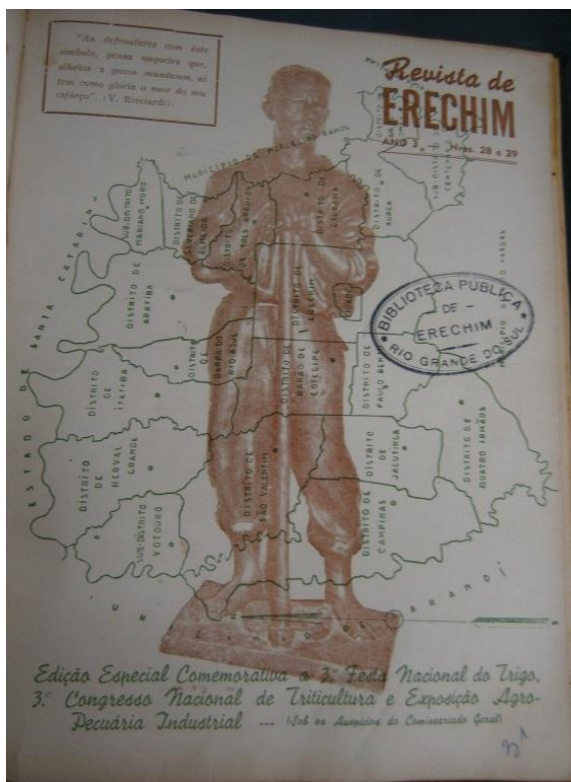
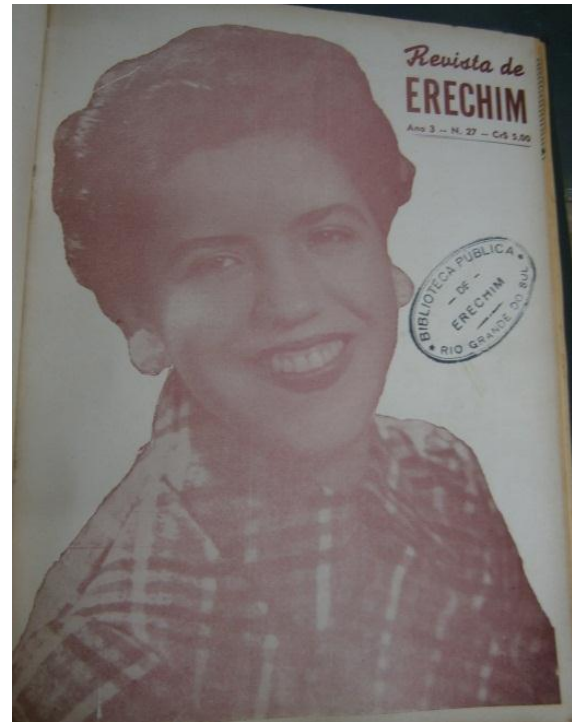
Um dos primeiros pontos a chamar a atenção na revista são as capas. A cada edição, a capa compõe-se de uma fotografia de uma figura feminina: desde um bebê, uma criança, e seu restante de moças da cidade. Tanto pelos anúncios quanto pelas legendas, havia muito interesse em apresentar tais moças à sociedade. Trago agora alguns exemplos.¹



¹ A prioridade do trabalho, nesse momento, foi a de analisar os discursos; trouxe à tona a questão imagética como forma de sinalizar a existência dos discursos também nas imagens veiculadas, em que também se veem presentes ideais de normatização dos comportamentos. A questão imagética, pretendo eu, abordar futuramente na continuação dessa pesquisa.







Listagem de Figuras: Capas da Revista de Erechim, respectivamente: volumes 01, 04, 5-6, 7-8, 11-12, 15, 18, 20-21, 22-23-24, 25, 26, 27, 28-29 e 30.

Em contraposição à maioria das capas com imagens de personagens femininos, temos somente uma capa, da edição comemorativa a feira do trigo

realizada na cidade, com uma imagem do mapa da microrregião de Erechim e da estátua de um homem, facilmente associado as atividades do campo e agricultura.

Nessas poucas imagens podemos perceber uma narrativa, um direcionamento do discurso. A criança amável vai se tornar a debutante, moça exemplar e depois vai se tornar a esposa ideal; demonstrando, assim, um ordenamento de posturas desejáveis à condição feminina. A escolha de numerosas imagens de mulher denota uma preocupação muito viva com a definição dos papéis femininos (PEDRO, 2006, p. 283).

A primeira imagem que se tem de um livro é quase sempre sua apresentação externa, assim essas obras eram pensadas para impressionar os leitores ao primeiro olhar. Mesmo que a revista não seja declarada como exclusivamente feminina, podemos perceber que a maioria das imagens e discursos são destinados a elas.

Conforme demonstra CUNHA (1999) o olhar voltado as capas e sua articulação com o próprio discurso veiculado faz parte de um ímpeto de análise que busca compreender como determinados dispositivos (visuais e discursivos) funcionaram para uma educação das sensibilidades de leitores, criando imaginários. A imprensa, como objeto cultural apropriado, passa a exercer uma função de suma importância para a cidade: apresentar a sociedade erechinense de modo a qualificá-la, mostrando sua efervescência para situá-la ao padrão de cidades de grande porte e importância.

Ao retratar uma certa trama social, a imprensa, como podemos observar no caso da *Revista de Erechim*, acabou por promover a divulgação de modelos de comportamento, veiculando uma espécie de projeto civilizador pretendido cujo intento era construir uma imagem idealizada da sociedade erechinense. Essa característica parece ter sido partilhada em boa parte das cidades no sul do Brasil, já que

os jornais sulistas do final do século XIX e início do século XX não criaram os modelos ideais da mulher como boas mães, virtuosas, esposas e dedicadas filhas. Esses modelos já faziam parte do imaginário ocidental, podiam ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, nas tradições locais (PEDRO, 2006, p. 281).

Importante destacar que na década de 1950 cresceu a participação feminina no mercado de trabalho, exigindo certa qualificação, “essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou, sem dúvida, mudanças no status social das mulheres” (PINSKY, 2006, p. 624). Sendo o magistério o curso considerado mais próximo da função “mãe”, era um dos mais procurados pelas moças, mas “não significava sequer que todas as estudantes fossem exercer a profissão ao se formarem, pois muitas contentavam-se apenas com o prestígio do diploma e a chamada “cultura geral” adquirida na escola normal” (PINSKY, 2006, p. 625).

Em 8 de julho de 1951 aparece nas páginas do jornal *A Voz da Serra* uma nota intitulada “Um acontecimento social de relevo: Sonha teu sonho de Menina e Moça”, tendo por objetivo trazer a conhecimento a realização do primeiro Baile de Debutantes que se realizará na cidade. Assim frisa-se que tal “vibrante” iniciativa parte da classe estudantil da cidade com o apoio de vários estabelecimentos comerciais, fato que dá a entender que se tratará de um grande acontecimento exitoso. Ressalta-se esse evento como marco importante na vida das formandas (visto que o texto fala “nas jovens”) onde estas se darão conta do passar e do início de novas fases de suas vidas em que se veja um aperfeiçoamento delas nessa trajetória. Onde também se terá o entusiasmo pelo novo de forma que seu desenvolvimento lhe proporcionará descortinar novos mundos. A festa então é descrita como encantadora, como momento em que tais jovens serão apresentadas formalmente a sociedade.

A importância desse acontecimento para as jovens da cidade acaba se colocando como parte indispensável para sua inserção na sociedade, já que é a partir desse ritual de civilidade em que se dará sua “apresentação” aos demais membros do corpo social provavelmente vai resultar na construção de sua imagem para os demais de forma a condicionar eventos futuros, como podemos pensar no exemplo claro do casamento uma vez que uma jovem inserida nos círculos sociais, demonstrando posturas adequadas tornar-se-á cobiçada para o casamento.

A respeito desse acontecimento, na *Revista de Erechim* encontramos a matéria “Ecos do primeiro baile de debutantes realizado em Erechim” (p. 23 a 29, 1951). Nela, aborda-se a noite do dia 28 de julho constitui-se em um marco inesquecível “nos anais da vida social de Erechim” (p. 23), onde a cerimônia teve

inicialmente a apresentação individual das moças através de um desfile em que estas demonstraram sua graça e beleza “ostentando todas elegantes vestidos de gala e cativando a grande assistência presente” (p. 23). E após tal apresentação a noite se seguiria com danças, e entrega de brindes as debutantes. Logo abaixo, inserem-se imagens de algumas das jovens debutantes.



Srta. SUELY AVILA OSÓRIO, filha do sr. Francisco Rosa Osório e de sua exma. esposa.



Srta. AURA THEREZINHA ROCHA, filha do sr. Palm da Rocha e de sua exma. esposa.



Srta. CLAUDES SCHMIDT, filha do sr. Fredolino Schmidt e de sua exma. esposa.



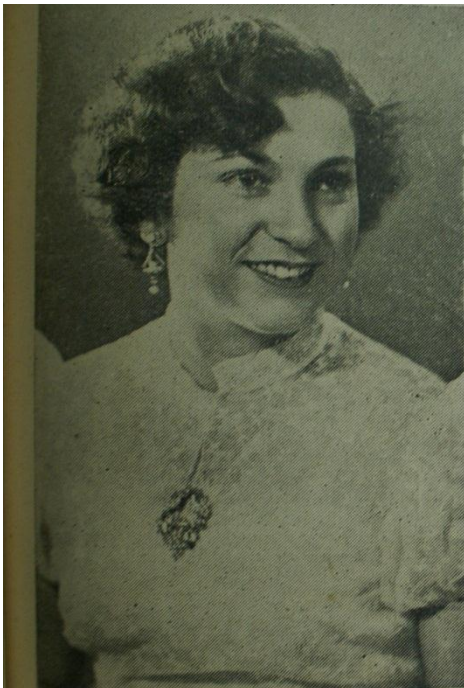
Srta. CELITA CABRAL, filha do sr. Alcibiades da Cunha Cabral e de sua exma. esposa.



Srta. ONIRA GONÇALVES, filha do sr. Floriano Gonçalves e de sua exma. esposa.



Srta. IRENE GONÇALVES, filha do sr. Floriano Gonçalves e de sua exma. esposa.



Srta. LUDY MORESCHI, filha do sr. Atilio Domingos Moreschi e de sua exma. esposa.



Srta. ALMA LOURDES FACIN, filha do sr. Venturino Facin e de sua exma. esposa.



Revista de Erechim. Fotos do baile de debutantes. 1951.

A pequena porcentagem de fotos veiculadas no jornal (10), frente ao total de debutantes (29) demonstra que somente uma pequena parcela tinha potencial aquisitivo para veicular tal anúncio e/ou circulava entre as camadas da inteligência erechinense da qual a revista se compunha e era voltada. Poderia significar um investimento enquanto inserção dessas jovens de forma mais enfática nesses círculos sociais mais elitizados e marcadas por uma forte ritualização das aparições públicas, visando demarcar os espaços simbólicos de distinção social.

Já em no dia 9 de dezembro do mesmo ano, em matéria tanto no A Voz da Serra quando na Revista de Erechim, tem destaque a entrega de certificados as alunas que concluíram o curso ginásial no ano de 1951. Mais uma vez a *Revista de Erechim* apresenta imagens relativas ao acontecimento. Importante ressaltar que, são informadas somente as “conquistas” escolares femininas. Isso deixa margem para uma interpretação que leve em conta a naturalidade da formação estudantil masculina e/ou um ineditismo da formação feminina em maior escala; ou ainda uma mercantilização do corpo feminino uma vez que isso seja a propaganda para o casamento e já que o homem não precisava ser vendido para este fim não aparecida, nesse sentido.

Na região sul, a predominância das ideias positivistas levou a repetição de discursos homogeneizadores quanto aos papéis femininos, afirmando que:

identificou a mulher como tendo uma natureza complementar a do homem, apresentando uma diferença que justificava sua educação específica. Mesmo assim significaram um certo avanço, pois recomendavam a educação das mulheres, já que como mães eram as responsáveis pela construção dos “homens do amanhã” – coisa rara até então. (PEDRO, 2006, p. 298)



Revista de Erechim. 9 de Dezembro de 1951.

2.1. Feminilidades: corpo feminino enquanto espaço privilegiado de ação

Pinsky demonstrou que “as revistas femininas da época fizeram eco a essas preocupações, aconselharam e apelaram para que as mulheres que exerciam atividades fora do lar não descuidassem da aparência ou da reputação pessoal e

soubessem manter-se femininas” (PINSKY, 2006, p. 624). Joana Maria Pedro acrescenta que diversos periódicos apresentavam virtudes e defeitos femininos “assumindo formas de poemas, provérbios, comentários, notícias, piadas. De maneira geral referiam a uma “natureza feminina”, ora valorizada, ora criticada” (PEDRO, 2006, p. 285). Na Revista de Erechim temos como exemplo a matéria “A mulher e os vestidos”, no volume 2 de 1951. A matéria inicia alertando que não basta comprar muitos vestidos empenhando grandes quantias e nunca se satisfazer com os mesmos, deixando claro que o empenho do dinheiro para estes fins deve ser comedido depois do casamento para que não se comprometam as finanças com futilidades. Afirma-se portanto que a mulher necessitaria de três tipos de vestido: para o trabalho ou a escola, para os esportes e para festas, cada um deve ser escolhido conforme sua finalidade que a deixará bonita, distinta e com personalidade.

Seguindo o intento de construir comportamentos e padrões de civilidade e distinção, em matéria nomeada como “A mulher que trabalha e as diversões”, publicada na *Revista de Erechim* (volume 2, 1951), ressalta-se que a vida das mulheres que trabalham (seja na lar ou fora dele) não deve se resumir a reclusão e isolamento da atividade, mas sim que a estas se devem compensações como teatro, música, cinema, festas e reuniões. Isso porque, acrescenta a revista, a rotina de trabalho faz com que a mulher levante-se muito cedo e passe o dia presa em horários fixos nos afazeres do trabalho, não lhe seria recomendado, porém, que saia todas as noites e regressse tarde pois acarretaria que “seu organismo se ressentirá da mesma forma que sua beleza” (volume 2, 1951). Dessa forma as diversões exigiriam métodos: recomenda-se que sair duas ou três vezes por semana seria o bastante para que o espírito das trabalhadoras espaiçea. Por outro lado, também afirma que não se deve “ficar em casa, dia após dia, remoendo aborrecimentos, pensando em tragédias, em tristezas, tirando conclusões inexatas a respeito da vida [...] conclusões envenenadas pelo desânimo” (volume 2, 1951), a pessoa que não tem distração fica absorta unicamente nas preocupações e no trabalho resultando em abalo em seu sistema nervoso, “e a utilidade disso tudo é nenhuma” (volume 2, 1951). Dessa forma, se encerra o texto dizendo que se o leitor(provavelmente feminino) trabalha, não deve poupar esforços para ter algumas

horas de folga para “se divertir e esquecer por completo a monotonia, as asperezas da labuta diária” (volume 2, 1951).

Outro importante episódio aparece na *Revista de Erechim*, chamando-se “Não brinque com a sua saúde”, também no volume 2 de 1951. O texto inicia dizendo que a base mais importante para a felicidade é a saúde, visto que ela condicionaria tudo e manteria seu equilíbrio físico. Após isso se lançam 4 subtítulos importantes de se atentar em matéria de saúde: durma suficientemente, nem só o trabalho causa fadiga, não fume exageradamente e tome sua saúde a sério.

O primeiro conselho: durma suficientemente ressalta que não se devem (como no recorte comentado anteriormente) sair mais que três vezes na semana e se por a dançar até altas horas da noite como que “querendo terminar um emocionante romance policial”. O segundo conselho: nem só o trabalho causa fadiga, alerta para que se evite o excesso de exercícios físicos e longos passeios de bicicleta, além de técnicas visando emagrecimento que se sirva de medicamentos que podem ser debilitantes. Dessa forma, não se deve querer comparar-se as suas amigas, mas sim conhecer suas forças e saber que não se podem comparar a de campeões. O quarto conselho: não fume exageradamente se aconselha que evitem as bebidas alcóolicas em grandes quantidades, além de não se fartar com doces. Pensar que o cigarro, as bebidas alcoólicas e os doces em possam ser prejudiciais a saúde remonta a um ideário em que a mulher seja recatada, onde o uso do cigarro e bebida se dê em pequenas quantidades, e o consumo de doces em pequena quantidade aponta para um padrão de mulheres magras. Por último, o conselho: tome sua saúde a sério adverte que isso deve se fazer por si mesma, pois um corpo são estaria acompanhado de uma alma alegre, e pelos outros pois marido e filhos estarão felizes ao vê-la com saúde.

Ainda na *Revista de Erechim*, temo no terceiro volume de 1951 a matéria “Alguns conselhos” que reúne em um pequeno espaço várias dicas a que a mulher deveria estar atenta em seu dia-a-dia. A primeira coisa que se deve atentar são os complexos, que podem se manifestar em pequenas frases ditas ao acaso, como complexo de inferioridade, de ciúmes, de ambição, de raiva ou amor. Afirma-se veementemente que devem se ter cuidados com os complexos visto que estes acabam por aprisionar a “consciência de tal forma, que acabam por se transformar

em obsessão, em ideia fixa. Espante-os depressa” (p. 50,1951), sendo assim a mulher deve atentar para suas palavras e ações de modo a não cair em complexos que por sua vez só irão prejudica-la. Fala-se ainda em uso de maquiagens, uso de desodorantes líquidos e maneiras de se sentar, fato que ressalta a postura de difusão/criação de normas que circundem todas as facetas da vida como forma de aperfeiçoamento.

Outra inserção da revista trata-se da inserção “Esporte para a mulher”, apresentada também no terceiro volume. Ali se apresentam que os melhores esportes para o público feminino devem ser os “que favorecem o desenvolvimento harmonioso e não forçado dos músculos e que não comportam qualquer possibilidade de choque brutal ou repetido, que possa lesar os órgãos femininos” (p. tal). Dessa forma seriam indicados a ginástica, natação, remo e basquete, e ao mesmo tempo não recomendados a luta, o futebol e motocicletas. Como os esportes deveriam então cultivar a leveza feminina, os exercícios de dança clássica e rítmica seriam ótimos para este fim, porém, ressalta-se que não se devem cultivar apenas a delicadeza de movimentos em detrimento aos músculos. Não se deve então, ter somente agilidade e não força, mas sim perceber que “ a agilidade não significa nada se não estiver em harmonia com uma boa musculatura” (p. 50, 1951) Importante perceber a necessidade de encontrar um equilíbrio. O parágrafo seguinte ressalta que:

Assim como falamos de uma cultura intelectual ou artística, podemos também falar de uma cultura muscular. Só a prática da ginástica permite cultura muscular, desenvolvimento harmonioso do corpo, podendo-se então praticar outros esportes. O ideal para a mulher é saber cultivar com o mesmo carinho seu coração, sua Inteligência e seu corpo. (p. 50, 1951)

2.2. Civilidade em propaganda: do vender e comprar padrões

Ambos os impressos tem ainda importantes contribuições no que concerne a publicidade. As inserções publicitárias apresentam definições claras quanto aos papéis de gênero: para as mulheres encontram-se anúncios sobre costura, vestuário, produtos para o lar e para os homens alfaiatarias, cigarros, automóveis e

máquinas, construindo, assim, tipologias específicas atribuídas ao gênero e reforçando as identidades aceitas. Os textos trazem frases e até pequenos textos que esclarecem e reforçam papéis e até mesmo ditam formas de ação. As sessões de propagandas também corroboram para traçar um panorama acerca do estado das coisas na época, já que a forma com que os conteúdos e imagens são apresentados dão a ler representações em voga no momento, e por sua vez como as questões eram vistas.

Em meados de 1952 começa a ser veiculada uma propaganda da Livraria Modelo onde se dá ênfase a venda do livro “A nossa vida sexual” escrito por Fritz Kahn. Em sua descrição, lê-se que o mesmo “Contêm tudo que se deve saber a respeito dos múltiplos problemas da vida sexual em linguagem clara e positiva. É um livro para o povo” (15 de janeiro, 1952. A Voz da Serra), além de salientar que tal obra seria como um conselheiro confiável onde se poderiam abrandar os males que lhes afligiam. A reiterada reprodução de tal propaganda leva a perceber que tal questão é de grande importância e necessidade para ser veiculada com tanta veemência.



Outra propaganda que aparece com grande frequência trata do aprendizado das moças quanto às habilidades de corte e costura para a vida no lar. Apresenta-se o serviço de explicações e moldes por correspondência para que se possam satisfazer as necessidades do dia a dia no que se refere a execução de seus próprios vestidos além de camisas para homens. Sua massiva presença na imprensa, se levada em consideração com o ideal de uma mulher/esposa do lar, chama a atenção para a preparação, e porque não preocupação, para o desempenhar de suas funções no matrimônio.

MOÇAS!

Aprendam por correspondência a desenhar e cortar seus próprios vestidos

... bem como camisas para homens, sem necessidade de mestre, com auxílio dos moldes feitos pelo professor Pedro L. Froidi.

Explicações claras e positivas. Preço dos moldes com tôdas as explicações — Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Mediante apresentação dêste anúncio, obter-se-á a primeira explicação gratuitamente.

Remetemos moldes para o interior pelo serviço de reembolso postal.

Escrevam para: Pedro L. Froidi
 Auxiliar: Amélia Froidi
 Rua da Gávea n.º 1204 — Vila Maria — ao lado do Cine Candelária.
 Caixa postal n.º 476
 Vila Maria — SÃO PAULO

A Voz da Serra. 21 de janeiro de 1951.

Outra presença significativa na revista são as propagandas da Gillette Azul. Suas propagandas eram descontraídas e leves, cada uma continha uma pequena história em que o personagem que não usasse Gillette estaria em uma situação ruim e, por sua vez, quem fizesse uso do Gillette Azul estaria sempre em boas situações. A recorrência do enredo nas histórias dessas propagandas faz perceber uma noção de que o asseio pessoal, mas especificamente estar de barba bem feita, é de extrema importância para a vida social dos homens, que seriam assim melhor vistos.



Outra parte importante da propaganda veiculada na época se refere à moda. Vários anúncios de alfaiatarias da cidade e mesmo de fora dela, além de matérias referentes ao vestuário. Os anúncios da própria Livraria e Tipografia Modelo deixam clara tal questão, uma vez que divulga-se estarem a disposição diversas obras referentes a esse assunto, tais como almanaques de figurino das mais diversas marcas. Conforme Revel (1991) podemos ainda afirmar que todas as publicações em termos de civilidade tem um propósito pedagógico, já que todas demonstram e atuam no sentido de ensino de maneiras que seriam legítimas. Porém, cada material possui suas singularidades, visto que partem de projetos, públicos alvo e "importância que atribuem às regras de conduta" (p. 171) diferentes.

Os discursos encontrados associam intrinsecamente a civilidade com a educação (e mais especificamente feminina), de forma que, como afirma Stephanou (2006), não se trata apenas de instrução e aquisição de modos de agir, mas especificamente tornar a educação o método imperativo para um bem viver.

3. O civilizar-se erechinense: regramento social nas páginas da imprensa

Dentre o corpo de publicações que formava os veículos de imprensa aqui estudados, algumas inserções e temáticas são recorrentes e colaboram na construção de uma rede de regramentos de civilidade que permeará as pautas em termos comportamentais da sociedade erechinense na época estudada, trago agora algumas delas. Uma notável inserção do jornal trata-se da coluna “Preceitos do Dia”. Esta por sua vez apresentava pequenos fragmentos, em forma de dicas e conselhos, referentes como agir frente as mais distintas situações, tais como educação de crianças, tratamento de doenças mentais, comportamento feminino, dentre outros. Presentes em praticamente toda edição do jornal, essa pequena coluna vinha a ser um espaço privilegiado de um discurso que poderia se dizer civilizador, já que abarcava temáticas claramente inseridas num discurso de civilidades: normas comportamentais, asseio pessoal e mental, além de educação de adultos e crianças. Seu formato também a coloca como parte dessa tradição discursiva. Pequena e concisa, apresentada de forma clara e sob a forma conselhos deixando sempre ao final uma frase que resumiria a questão abordada e a melhor forma de se agir referente a mesma.

Na década de 1950 é possível observar uma verdadeira cruzada em prol moralidade nas páginas da imprensa. Estas desencadeiam uma sequência de textos nos quais tem-se os assuntos inteiramente relacionados com o estabelecimento de comportamento social adequado a sociedade, mexendo com as noções de família, homem, mulher, moral e civilidade. Tais questões suscitarão campanhas nas páginas do jornal, tais como a campanha pela moralização, a campanha pela boa leitura, além das discussões em torno do divórcio e do carnaval.

3.1. Preceitos do Dia

Elemento de destaque na imprensa desta época é a série “Preceito do Dia”, tratava-se de uma pequena coluna onde em forma de conselhos se alertava para alguma questão, dentre elas educação, comportamento e convívio social. Dentre as matérias veiculadas nesse espaço, muitas trazem a preocupação com a educação de crianças e mulheres; no caso da criança enumeram-se conselhos para que não se deixem satisfazer todas as suas vontades de maneira que se contribua para uma boa formação mental da pessoa. Importante ressaltar que esta vinha assinada pela

sigla SNES (Serviço nacional de educação sanitária). Conforme Chaves e Petruski “órgão originalmente vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, o SNES tinha como uma de suas principais atribuições a (re)produção de um discurso direcionado ao campo sanitário, mas fundamentado numa perspectiva essencialmente pedagógica” (2013, p. 296)

As autoras afirmam ainda que os esforços do SNES se situaram em torno da popularização das ações em termos de educação sanitárias, tais como formação e qualificação de grupos que fariam a disseminação das informações, além do uso de recursos como livros, cartilhas, manuais, filmes e a própria coluna. Em 01 de maio de 1951 a coluna traz a discussão o tema da complacência nociva. Nela, temos a preocupação voltada para o comportamento das crianças, na qual se alerta que as crianças que são bastante animadas geralmente são teimosas, desobedientes, agressivas e respondonas. Como normalmente têm suas vontades satisfeitas elas acabam por tornar-se crianças e posteriormente adultos rebeldes e grosseiros quando algo lhes é negado. Por fim, reafirma-se que não se deve permitir que as crianças se habituem a terem seus desejos satisfeitos, uma vez que isso evitaria rebeldias e maus comportamentos ao ser contrariado.

Em 25 de julho de 1951, temos a inserção da coluna sobre “As ‘crianças problemas’”. Já de início é colocado o entendimento do termo: crianças problemas são definidas pelos médicos como aquelas que apresentam maus comportamentos na escola e/ou no lar, zangadas impertinentes e malcriadas. Estas por sua vez, tornam-se o tormento de pais e professores, porém ressalta-se que “não lhes cabe culpa, nem será debaixo de pressão rigorosa, com pancadas e privações, que se poderão evitar seus atos de rebeldia”. Mais uma vez reafirma-se que a solução é a prática de regras de higiene mental, através das quais se evita a desobediência dos filhos.

Em 5 de dezembro de 1951, a questão abordada é “falta de sinceridade”. Nessa ocasião, refere-se às situações em que os filhos estejam doentes e os pais acabem por enchê-los de agrados e presentes e quando a melhora ocorre não lhes dão mais atenção. A criança então nota a diferença de tratamento e percebe que a situação da doença é mais proveitosa e assim acaba por se queixar e mostrar abalado por qualquer coisa. Afirma-se então que é aí o início do hábito de fingimento

e/ou dissimulação. Por fim ressalta-se “não pratique atos nem assumas atitudes que possam levar seu filho a tornar-se interesseiro ou hipócrita”.

Em 25 de outubro a coluna trata acerca de “Elogios Prejudiciais”. Mais uma vez o público referido é o infantil. Relata-se que muitas vezes as pessoas fazem grandes elogios à inteligência e/ou beleza da criança, agradando-a frequentemente, fato este que não é devido, uma vez que “não pensam porém que a estão tornando presunçosa, fútil e cheia de si, porque, com tais louvores, também lhe insuflam orgulho e vaidade e incutem excessivo amor de si própria”. Dessa forma, indica-se que seria acertado ao invés de vangloriar dotes físicos das crianças, ressaltar atos bons que estas façam tais como trabalho, amor ao próximo e honradez.

Estes exemplos são significativos tanto das temáticas, como da estrutura e linha de ação dos escritos da coluna. Reiteradas vezes, apareciam outros textos em que retomam as ideias já abordadas, essa circularidade de temas e reiteradas considerações dada aos escritos coloca-os como legítimos em termos de importância para a sociabilidade.

3.1.1 Higiene mental: os loucos e a loucura

Outra questão que apareceu repetidas vezes nesse espaço era a da higiene mental. No dia 16 de fevereiro de 1951, a matéria aparece intitulada “desajustados sociais”. Nela adverte-se para a criação dos filhos de acordo com preceitos de higiene mental, para que não tornem-se desajustados sociais, tais como pessoas vingativas, criminosos ou egoístas. Já no dia 24 de julho do mesmo ano, uma nova matéria é veiculada nesse sentido, intitulada “Doentes da razão”. Dessa vez, demonstra-se que os doentes mentais passam a ser vistos por médicos como “doentes do cérebro” ou “doentes da razão”, e que tais enfermidades são tratadas através de serviços especializados em sanatórios, hospitais e casas de saúde; deixando um apelo para que todos encaminhem tais doentes para que recebam tratamentos convenientes. A latência apontada para essa questão não deixa de se relacionar aos desígnios de civilidade. Ser civilizado inclui o asseio físico e mental, de forma a não ser somente a aparência a ser exigida, mas o profundo regramento das pulsões corpóreas refletidas em ações.

3.2 Infância

A criança é também cerne de varias discussões em âmbito de civilidade. Visto que, como apontam os discursos, a criança seria o futuro da nação, a atenção voltada a educação dessa potencialidade deveria se dar de maneira atenta seguindo diversas regras de civilidade objetivando a criação de uma subjetividade específica. Na matéria “Importância da aquisição de bons hábitos desde a primeira infância”, veiculada em 6 de julho de 1958, se inicia ressaltando que essa temática foi escolhida para a semana da criança do respectivo ano pois trata-se de uma questão de extrema importância aos pais uma vez que esse conhecimento e sua prática resulta na criação de filhos “que mais tarde se tornarão cidadãos respeitáveis e úteis a sociedade” Mesmo que, seja unanimidade que a maioria dos pais tenha na observação do progresso de seus filhos em termos de pessoas bem sucedidas um dos maiores motivos de orgulho, alguns pais ainda ignoram a influência que tem sob seus filhos desde o nascimento. Assim, sendo as crianças extremamente influenciáveis pelo ambiente que as cerca, tanto a família, professores, uma casa mal arrumada, discussões podem conduzir a formação de um caráter agradável ou não na criança.

Seria então, através da combinação dos cuidados externos que vai receber que a criança irá adquirindo e constituir seus “hábitos de ordem e asseio: lavar as mãos antes das refeições, tomar banho diariamente, escovar os dentes, cuidar do seu próprio quarto, brinquedos e roupas, etc. ela também deve aprender a comer com boas maneiras e a gostar dos alimentos de que o seu organismo necessita para um desenvolvimento normal”.

Quanto ao bem estar físico, ressalta-se que devem-se inculcar nas crianças a necessidade de cuidados médicos, de modo a “ensina-la a considerar este como um amigo e as visitas periódicas ao consultório como acontecimentos agradáveis”. Ressalta-se ainda que é necessário inculcar bons hábitos nas crianças em questões relativas aos brinquedos e trabalho. Sendo assim, “nos jogos deve aprender a perder, assim como a ganhar: deve-se ensiná-la a não pretender impor sua vontade em todas as circunstâncias” (6 de julho de 1958, A Voz da Serra).

Dessa forma, alerta-se para que a semana da criança estimule os pais “a darem um balanço em si próprios e em sua família e analisarem a espécie de

educação que estão proporcionando ao seus filhos, se é a que melhor condiz com seus propósito de fazer deles cidadãos respeitáveis e não homens e mulheres nocivos a sociedade. E devem também ter em mente que o bem estar de todos dependerá do bem estar de cada um” (6 de julho de 1958, A Voz da Serra).

Em 13 de setembro de 1960, apresenta-se a matéria “Vista seu filho convenientemente”. Nela demonstrasse que as roupas para crianças devem ser agradáveis a vista, cômodas e fáceis de conservar; já que a criança precisaria de liberdade de movimentos e que não se precisa ficar ajustando mangas ou cintos. E vista da sensibilidade da pele das crianças, deve-se prezar por tecidos leves e macios, sendo que em termos de estampas e cores são indicadas o azul, amarelo, rosa e o verde claro com pequenas estampas, deixando de lado cores fortes (como preto, vermelho e laranja) e grandes estampas.

Percebe-se que os cuidados com a criança em nada diferem dos padrões ditos regradados em termos de civilidade para os adultos, tem-se noções pertinentes ao comportamento, vestuário e higiene. O cerne dos cuidados sempre é ressaltado em termos de serem as próximas gerações e de que os pais devem assumir a responsabilidade de criação de pessoas corretas, conforme os padrões vigentes, de forma a garantir. Já que todo discurso de moldagem perpassava os adultos, a criança tornava-se um corpo específico de investimento para normatização, para se criar desde a infância o corpo objetivado pela nação.

3.3 Moralidade

Em 3 de junho de 1958 aparece uma nota intitulada: “Moralidade: tema dos Erechinenses”. Nela, comunica-se do intenso movimento na cidade a favor da moralidade que “infelizmente não está no seu nível”. Destaca-se que o público mais afetado está entre a classe média jovem, principalmente estudantes. Em tom de desabafo, afirma-se que “realmente, a juventude erexinense está envergando para um estigma dos mais condenáveis, romances pincelados de licenciosidades, assíduo frequentador de casas suspeitas, dado ao vício do álcool e outras corrupções”. Dito isso, frisam que homens de responsabilidade da cidade estão tomando posições e travando lutas em benefício da moralidade para que os jovens da cidade voltem a um clima salutar.

Já em 6 de julho de 1958, aparece a matéria “Odaliscas...fome...e campanha de moralização: importância da escola, na conduta moral das pessoas”. Nesse pequeno texto, ressalta-se a importância dos professores, frente aos filmes, revistas, e demais aparatos culturais, que por sua vez estão a moldar a juventude. Dessa forma, coloca-se que o professorado sente-se responsável pelas odaliscas, pela fome, pela má conduta moral que se vem adquirindo. O professor está, assim, dentro dessa luta, que busca na educação um elemento de enquadramento social.

Em resposta, 8 de junho de 1958, aparece um manifesto escrito por mães da cidade, colaborando e apoiando a campanha de moralização e apoiando os professores. Trazem também um apelo aos responsáveis pelos cinemas para que melhor selecionem os filmes que são exibidos e também pedem o banimento da cidade de revistas ditas condenáveis sob seus aspectos de vista, e por fim deixam assinados os nomes das mães que estão apoiando tal iniciativa.

Em 10 de agosto do mesmo ano, traz-se a luz a matéria “os Transviados”. O texto inicia dizendo que em oposição ao colorido das cidades existem sombras, que em meio ao progresso e as atividades construtivas das cidades encontram-se a miséria, os vícios e a degradação; seria isso a representação dos desajustados. Mendicância, promiscuidade e vício seriam a vergonha da civilização. Dentro dessa situação, um dos quadros mais alarmantes seria o dos jovens transviados que, em idade escolar, vagueiam pelas ruas pedindo esmolas, “vendendo jornais, engraxando sapatos, ou carregando malas de viajantes. Outros, filhos de gente abastada, vagueiam, por seu turno, “sem eira nem beira”, atacados pelo tédio e saturando-se de filmes e literatura de ínfima qualidade, imorais e desagregadores”.

Continua-se afirmando que “o que de sobre maneira inquieta e atemoriza, é justamente, o futuro de novas gerações ameaçadas frontalmente de dissolução e aniquilamento”. Coloca-se então que as causas disso seriam múltiplas e variadas, podendo incluir falta de instrução norteadora, “falta de disciplina obrigatória de moral e civismo”. Conclui-se que “entrementes, a quase totalidade de moços prejudicados, sofrem a falta de instrução e de cuidados especiais. O melhor e único modo de recuperar a juventude transviada é anular suas causas, é uma reeducação de profundidade e uma ampla e genérica educação para todos”.

3.3.1 *Campanha da boa leitura*

A leitura ocupava grande parte das preocupações quanto a moralidade. Em 16 de julho de 1958, em matéria intitulada “Influência da má e da boa leitura”. A má leitura teria grande parte de culpa na crise da moralidade nos jovens: ela “é capaz de promover verdadeiras catástrofes. Ela corrói a inocência e a candura dos corações frágeis das crianças; ensina o caminho da perdição e do vício aos jovens, ainda inexperientes, que apenas ingressam na vida; corrompe e embrutece os corações dos adultos, que, inconscientes, vão absorvendo, gota a gota, o veneno do mal”. Nesse sentido, a boa leitura seria responsável pela formação de “pensamentos sadios, corações santos, homens sóbrios e retos. Ela ensina a verdade e o caminho do bem; forma caracteres dignos de admiração”.

A matéria conclui afirmando: “portanto, leiamos muitos e bons livros, para que amanhã possamos andar de frente erguida, orgulhosos de termos bem ensinado os nossos filhos, estas delicadas criaturas que regerão os destinos de nossa Pátria e que, se hoje bem orientadas, saberão no futuro torná-lo um país poderoso e forte, uma potência temível, um Brasil de Deus”. Visto que, a saída para a maioria dos males que corrompia a sociedade era tida na educação, a leitura enquanto instrumento de acesso ao conhecimento torna-se via de conscientização e criação de boas maneiras condizentes com a moral pregada, enquanto se lhe fosse excluída a contrapartida, as más leituras, que acabavam levando ao caminho contrário: o da degenerescência dos jovens.

3.3.2 *O carnaval*

Em 13 de fevereiro de 1952, começa uma campanha em torno da moralidade ou não do carnaval. A primeira inserção acerca disso chama-se “Carnaval: ridículo e imoral”, assinada sob pseudônimo de Catão. O autor inicia o texto dizendo que, em um país de espírito carnavalesco, atacar sua festividade pode colocar-se como antipatia, porém como há o direito de expressão de pensamentos, aventura-se a falar. Relata que sua preocupação surgiu num dia e conversa com um amigo. O ponto de sua argumentação é de que a postura de uma pessoa no carnaval, com suas danças, encharcados de bebidas, roupas desasseadas deixa de lado a dignidade, elegância das maneiras e decoro. Coloca ainda que se a pessoa se pudesse ver nessa situação também perceberia o fato. Afirma que se esquecem, no carnaval, a religião, os preceitos de decência, a ética e a estética. Dessa forma, diz

não condenar o carnaval pelo que pretende significar, mas outrossim, pelo modo como se portam os que dele participam.

Em resposta a esse texto, também sob a forma de pseudônimo, um leitor erechinense, denominado Panimus, se manifesta dizendo que “é preciso destruir o carnaval...” em 14 de fevereiro de 1952. Nele, o autor diz que Catão coloca o carnaval como algo essencialmente ruim, que existem sim as pessoas que abusam de bebidas e acabam por se exaltar, mas que a maioria das pessoas aproveita de forma sensata, e que a dança não é ridícula e imoral como qualificava em seu texto. Termina o texto convidando seu adversário a participar das festividades.

Seguem-se mais dois textos da autoria destes dois indivíduos, sempre tendo como ponto central questões de cunho da moral e religião. Catão, sempre defensor da moral, coloca o evento como prejudicial visto que estaria infringindo tanto desígnios cristãos quanto morais, já Panimus defende que o uso feito do evento por pessoas que mantenham suas posturas civilizadas torna-se salutar, enquanto diversão. Sendo que o ponto principal da questão é o tonar a festa moral ou imoral em termos de condutas das pessoas que dela participam.

3.3.3 O divórcio

Em 16 de fevereiro de 1951, sai no jornal a matéria “Mais uma vez o divórcio”. Nela, sinalizam-se algumas questões importantes que foram tiradas de uma edição do jornal *A Nação* de Porto Alegre, sobre o que se diz ser “o palpitante problema do divórcio”. Afirma-se então que os adeptos da causa do divórcio articulam-se e trabalham planejando artimanhas, fato que faz o perigo do divórcio muito grande. Nessa matéria a questão central gira em torno da votação, que pretende excluir a qualificação de vínculo indissolúvel dada ao casamento, abrindo portas ao divórcio já que assim este não mais seria contrário a constituição. Listam-se então as porcentagens e os nomes de apoio ou contrariedade a questão.

O enunciamento dos nomes é justificado como maneira de que estejam informados os cidadãos de modo a se orientarem e guardarem cuidadosamente referências para orientação em futuras eleições, visto que “trata-se de impedir a desorganização da família e afastar a dissolução dos costumes”. E mais ainda, diz-se ao final que “os divorcistas infringem a lei de Deus, lançam uma afronta a

dignidade do matrimônio cristão e calçam aos pés as nobres tradições religiosas da Pátria”.

Já em 1º de novembro de 1951, o assunto do divórcio toma outro rumo, apresenta-se a discussão “O divórcio impede a educação dos filhos”. Inicia-se o texto já apontando que o maior crime dos pais seria o esquecimento de que sua obrigação não é apenas de gerar filhos, mas sim principalmente educá-los. Porém ressalta-se que a educação, tanto quanto o gerar um filho, é uma obra que necessariamente é feita a dois, dessa forma cada um tem sua responsabilidade e seu papel insubstituível. Portanto o divórcio seria uma “mutilação” na obra de educação dos filhos, já que da colaboração do casal unido se passa a divergências da separação. Sendo assim, “cada cônjuge procurará diminuir a autoridade do outro e revelar-lhe as faltas. Cada um procurará ter influência mais decisiva, a qualquer preço”.

Por fim, apela-se a senso religioso e diz-se que: “é preciso que nossa imaginação invente um suplício novo – e ela não chega a concebê-lo- para se ter uma ideia do castigo que esta reservado para os assassinos dos próprios filhos, para aqueles que lhes frustraram toda a ânsia do belo, do bem, da felicidade que eles encontrariam no lar que seus pais destruíram para poderem eles, egoisticamente, covardemente, gozar a vida, deslavadamente, descaradamente, criminosamente”.

Em 7 de novembro de 1951 temos a matéria “Divórcio – problema sério”, que será retomada em mais ocasiões visto que cada uma tratará de algum ponto importante a questão. O primeiro ponto apresentado é de que, através das estatísticas, três quartos das mulheres que dão a luz são mães solteiras. Segundo, diz-se que há um desinteresse pelo casamento no país, e então exprime-se a resposta de um médico-cirurgião que diz que já que a maioria das crianças nascidas são de mães solteiras, porque se faz tanto caso na discussão do divórcio, se tão pouco se dá valor ao casamento. Isso remete, então, ao fato de que a maioria dos casais que se “juntam” trazem exemplos de suas famílias de tragédias conjugais, de forma que sendo filhos e filhas de pais separados acabam enveredando para esse caminho. Outro ponto ressaltado é a questão do aborto. Relata-se a quantidade de consultórios que fazem essa prática e vivem lotados de meninas jovens, levadas por

seus amantes ou homens que não seus maridos. A partir desse fato diz-se que “é para focalizar o aspecto da pouca importância que se dá ao casamento”.

Depois de apresentados esses pontos, afirma-se que: “assim, pois, provado que fica o desinteresse motivado pelas causas apontadas acima, se muita gente não se casa, legalmente, é pelo fato mesmo, de não haver um remédio para o caso de um desajuste posterior. Muitos casais, com a experiência em casa, tem medo das incompatibilidades que surgem, quando rompida a cortina azul da fase do noivado”. Finaliza dizendo que neste primeiro texto, objetivou-se deter no incontestável fato de que o casamento legal não assusta mais, e no próximo se tratará dos remédios para o caso.

Então, em 9 de novembro de 1951 aparece a parte II do texto. Nesse dia, inicia-se o texto já dizendo que o divórcio não é remédio para um casamento fracassado, seria um paliativo que não resolve nada. Diz-se ainda que “de qualquer maneira que olhemos o desquite, não podemos encontrar um ângulo cor de rosa, um caminho reto, uma estrada aberta a constituição de um novo lar, condenando a criatura à vida marginal”. Assim, diz-se que não se pode levar sério que o desquite levará a felicidade sonhada aquelas que não a encontraram no casamento.

Se o divórcio não seria a solução aos males do casamento, lança-se a questão se esse não contrariaria a doutrina cristã. A pergunta é reforçada pois “perguntamos se ele não contraria a doutrina cristã, porque, de fato ele não contraria as medidas, a doutrina, as convenções criadas pelo homem sabido que, em cada país há uma concepção diferente de matrimônio, como há concepções diferentes no tempo e no espaço para os princípios morais”.

Através de algumas passagens bíblicas, afirma-se que: “lei natural é a união de duas pessoas que se querem e não havendo essa afeição mútua, esse liame de afinidades, Jesus não poderia falar de outra maneira. Se os corações estão endurecidos, se o ódio habita no coração dos cônjuges, não há mais o liame indissolúvel, uma vez que o mesmo não mais existe. E Cristo acrescentou: “no início não era assim”. Isto quer dizer que Jesus aceitava a indissolubilidade enquanto não houvesse dureza no coração do homem”. Por fim, afirma que Cristo autoriza a separação dos casados, em face do adultério. Ressalta-se ainda que “como tudo na

natureza é mutável, e nas pessoas, em grau muito elevado, o direito de denunciar a incompatibilidade é um direito sagrado, em virtude do princípio fundamental da liberdade, que é um bem inalienável”.

Em 23 de agosto, publicou-se o texto “A família e o divórcio”. Este por sua vez trata-se de demonstrar iniciativa e posicionamento da sociedade erexinense para com a questão do divórcio. Argumenta-se no sentido de que a família é a célula mãe da sociedade, portanto enquanto ultimo refúgio do espírito e escola de virtudes, a família é atacada por um “gênio do mal” que trava com ela uma luta incessante. Diz-se então que: “confiamos nos nossos representantes que na Câmara saberão cumprir seus compromissos”, pois anexam-se dois telegramas que o pároco da cidade encaminhou aos deputados federais, os dois diziam que em nome do povo católico contavam com a ajuda para defesa e salvaguarda dos princípios e da família cristã.

Todas essas inserções remetem a um panorama acerca do que poderíamos pensar como a civilidade na imprensa. Como já demonstrado, a tradição de escritos sobre civilidades aponta para um regramento do corpo e mente nos mais diversos aspectos da vida cotidiana, dessa forma não deixa de ser diferente nesses escritos veiculados na imprensa. As abordagens temáticas apontam para uma cobertura, em termos de um saber se portar, das mais diversas ocasiões que o indivíduo possa se deparar, para além de inserções específicas que apontem para o ensino e aprendizado das condutas morais socialmente aceitas aos padrões da época.

3.3.4. *Os anos 60...*

Em termos de publicações, os anos 60 continuam com algumas das principais inserções da imprensa... A coluna Conselhos de beleza (abordada especificamente no capítulo 3) continuará aparecendo mas em pequenas quantidades, as notas sociais serão reduzidas a poemas/poesias e relação de aniversariantes, e terá o aparecimento da coluna “Cantinho da menina-moça” onde se verão descritas perguntas e respostas acerca da vida feminina. No mais, o jornal volta a ter um caráter mais político.

Em termos de debates, as tensões entre moralidade e juventude transviada continuarão presentes como apresentado nos anos finais da década de 1950, de

modo que enquanto existem textos louvando a moral e os bons costumes, prescrevendo condutas para mantê-los, há a presença de outras publicações que demonstram o crescimento do que se chamava de juventude transviada, fora dos padrões de ordem e moral.

A especificidade do cantinho da menina-moça vem completar o segmento das publicações concernentes a educação feminina. Em tempos que se discutiam padrões comportamentais frente as questões de moral, um segmento que atende a perguntas de jovens mulheres visando o melhor modo de estar na sociedade, e ainda com ilustrações referentes as situações exemplificadas, tem o ideal pedagógico claramente declarado, uma vez que se insere, juntamente com as publicações aqui analisadas, em um ímpeto civilizador frente as mudanças na sociedade.



cantinho da menina-moça
por POLLY POND'S

— “Minha mãe vive me re-
preendendo porque gesticulo
muito. Não sei o que fazer,
pois me parece que sem ges-
tos não consigo falar”.

É tudo uma questão de há-
bito. O que você precisa é
treino, treino e mais treino.
Em primeiro lugar convença-
se que sua mãe tem razão, e
que ela procura somente o
melhor para sua “filhinha”.

O segundo passo é confiar
se à sua amiga mais íntima
pedindo-lhe que ajude você a
perder esse mau hábito. Cada
vez que você começar a ges-
ticular demais sua amiga de-
verá estar alerta e chamar-lhe

a atenção discretamente. Mas
escôlha uma amiga realmente
discreta, para não ficar em
baraçada diante de estranhos.

Além disso você poderá trei-
nar diante do espelho, com
as mãos atrás das costas. Fa-
le como se estivesse conver-
sando com seus amigos, po-
rém apertando firmemente u-
ma mão na outra. Procure
dar ênfase às suas frases sô-
mente com o tom da voz e
com os olhos. Fique sabendo
que muitos grandes oradores
e artistas costumam treinar
assim por meses a fio.

Esse treino não só libertará
você do excesso de gesticula-
ção, como também enriquece-
rá sua voz com modulações
mais variadas e expressivas.

Figurinos para 1964
A VENDA NA LIVRARIA MODELO

10
5
3
8
2

**cantinho
da
menina-môça**

por POLLY PONDS



“Tenho os olhos grandes demais, e o nariz e a boca pequeninos. Muita gente diz que assim é bonito, mas eu gostaria de dar mais realce

descontente com o contrário. Em todo caso, aqui vão alguns pequenos truques que poderão ajudá-la a disfarçar o “tamanho” de seus olhos:

- 1.º — Lembre-se que os pós escuros sempre disfarçam os traços, e os claros os acentuam. Passe portanto, com muita arte, maquiagem compacto, em tom escuro, na testa, ao redor dos olhos, entre as sobrancelhas, abaixo dos olhos.
- 2.º — Passe maquiagem compacto, em tom mais claro, no nariz, nas faces e no queixo.
- 3.º — Para os lábios você deve preferir tons brilhantes.
- 4.º — Sombreie levemente a pálpebra superior em tom opaco e pastel, e não passe delineador.

Estas providências chamarão a atenção para a parte inferior de seu rosto, deixando praticamente “na sombra” seus olhos.



ao resto do meu rosto”.
— Pois é, minha amiguinha, ninguém está satisfeito neste mundo. Tanta gente se queixa de ter olhos pequenos e expressivos, e você está

4. Medicalização da civilidade: o discurso médico na moldagem social

É preciso notar, também, outro processo: [...] a aparição da saúde e do bem-estar físico da população em geral como um dos objetivos essenciais do poder político.

Michel Foucault

Enquanto nas décadas de 1930 e 1940 os jornais erechinenses abordavam essencialmente questões referentes ao contexto político-social, os anos de 1950 inauguram uma abertura das possibilidades de inserção na imprensa, trazendo a tona a diversificação de publicações que pôs em circulação temáticas como acontecimentos sociais, vestuário, comportamento, cuidados médicos, além de divulgação cultural-intelectual de poemas, poesias, livros, filmes, dentre outros. É nesse contexto que se situa o aparecimento da coluna Conselhos de Beleza, trazida às páginas do jornal *A Voz da Serra* pelas letras do nomeado médico Dr. Pires. Este, por sua vez, era apresentando em nota ao final da coluna como médico especialista que poderia ser consultado quanto a tratamentos relativos à pele e cabelos através do envio de cartas para um endereço específico do Rio de Janeiro. Interessante notar que, para além dessa nota, nada mais era encontrado sobre o médico no jornal, nem na lista de colaboradores em que se elencavam as figuras que contribuíam para as matérias contidas na publicação. Através da análise das fontes, no caso do jornal e da revista, não foi possível encontrar outras pistas que apontem para a veracidade das informações de sua especialidade e/ou localização exata do tal médico. Uma possibilidade de averiguação seria a busca de referência através do endereço que era oferecido, porém tal empreendimento exigiria esforços dos quais não teria como ser realizados no curto tempo dessa pesquisa.

A coluna em si abordava temas relativos a cuidados estéticos, onde se viam explanadas as mais diversas ocorrências de enfermidades e tratamentos, cirurgias e intervenções visando a beleza. Em sua maioria tais escritos eram voltados para o público feminino, tendo somente em uma ocorrência a designação de público masculina para falar do problema da calvície. Sua apresentação seguia um esquema fixo: primeiramente se introduzia o problema, depois explicavam-se suas

causas e consequências e posteriormente se apresentavam as possíveis soluções e medidas a serem tomadas. Sua escrita se dava sempre em tom de aconselhamento, muitas vezes tratando algumas situações não indicadas com certo tom de ironia de modo a reforçar as posturas que se delineavam como corretas.

Pensar a inserção de uma coluna voltada a um público feminino tratando principalmente de questões voltadas a um viés médico corrobora a um investimento sobre o corpo da nação, enquanto moldagem de um tipo ideal. No tocante especificamente a mulher, conforme Colling (2014, p. 84) “o pensamento médico, em nome de um determinismo natural, confinou a feminilidade e uma esfera que a ordem social lhe destina: a mulher sã e feliz é a mãe de família, guardiã das virtudes dos valores eternos” construindo dessa forma a representação (que deveria ser legítima) do feminino para uma época. Como lembra a professora Maria Bernadete Ramos Flores (2007) se há a capacidade de moldar tipos perfeitos na escultura, pode-se moldar toda a humanidade, dependeria da vontade humana e da criação de uma elite humana onde se eliminariam as fealdades e imperfeições. Sendo assim, a modernização do Brasil passaria por uma política cultural de aperfeiçoamento do povo brasileiro.

Ainda nesse viés, podemos perceber que a aliança entre a dimensão política e a estética constitui-se como cerne da possibilidade de análise quanto a pertinência da discussão de uma modernidade pretendida. Sendo assim, trazendo tal consideração como contribuição ao que se pretende nessa análise, o campo da ciência (nesse caso a medicina, especificamente) ao tratar prioritariamente da estética, demonstrando características de uma excelência corpórea (e não só) aliada a uma trama de civilidades, torna-se uma discussão eminentemente política uma vez que lida com a instauração de sociabilidades aceitas e pretendidas a um projeto social; onde a busca da beleza transformar-se-á em irradiação de fealdades da nação (num projeto de sua nova constituição).

Em 8 de Julho de 1951, aparece no jornal outra importante inserção na coluna, a temática sobre “cirurgia de beleza”. Nela, inicia-se o assunto dizendo que a medicina caminha a passos largos e que uma vez não se ouvia falar dessas intervenções cirúrgicas a não ser em artistas de cinema e/ou televisão. Reafirma-se então que se há necessidade de consultar médicos para curar problemas de

estômago, fígado ou glândulas essa necessidade também existe para especialidades estéticas.

Alerta-se ainda que não se deve julgar tal intervenção cirúrgica como questão supérflua, mas sim sob o ângulo de que as pessoas que a ela recorrem o fazem por questão de necessidade. Aí, mais especificamente, cita-se o caso das mulheres. Como sendo parte predominante empregada em casas comerciais, há que se manter “boa aparência” e a cirurgia estética seria a solução para os indivíduos que fossem “traídos pela idade” ou portadores de defeitos físicos. Essa, ao que parece, seria a saída para “solução de seus sofrimentos mais íntimos”. Ainda para legitimar o assunto, a coluna faz referência a uma definição dada por Dartingues, fundador da Sociedade Científica Francesa de Cirurgia Reparadora Plástica e Estética: “a cirurgia estética é o conjunto de operações tendo um caráter plástico para remediar os defeitos naturais adquiridos na morfologia humana, e que trazem prejuízo ao valor pessoal ou social do indivíduo”.

A noção de “cultura de raça”, examinada por Maria Bernadete Ramos Flores e fundamental para essa análise, deve ser pensada no sentido de um cultivo, de uma criação, de forma a se tratar de um acontecimento onde se articulam três aspectos: a nação, nos termos de uma questão de identidade étnica; o corpo, enquanto questão de invenção da raça; e a sexualidade na forma de questão acerca da intervenção visando a geração de uma boa raça. Dessa forma “cultura de raça aqui designa uma tecnologia que empregou métodos de eugenia [...] a fim de melhorar e embelezar a raça, já que da beleza da raça dependia a marcha da evolução humana (FLORES, 2007, p. 15). Adjacente a isso, vale ainda ressaltar, como afirma Flores:

Cultura de raça designa, também, o racismo de Estado, pois este investiu nas técnicas da vida e nas políticas de população, sob o pressuposto do “vínculo” entre características físicas e morais do ser humano como determinante do caráter étnico-nacional, numa taxonomia que media o grau de civilização e o rumo da modernização que se desejava. (FLORES, 2007, p. 15)

Dessa forma, a noção de cultura de raça guarda uma relação íntima com o discurso eugênico. Ele, como afirma Flores (2007), era carregado de promessas de extermínio das desgraçosidades, cura das fealdades e alcance da beleza que regeneraria a nação. Por conseguinte, “a morfologia artística, como meio para desenhar os cânones da representação do corpo humano, imprimiria na tela ou na

pedra esculpida os corpos que funcionariam como hipótese do modelo ideal a ser esculpido no corpo da população” (FLORES, 2007, p. 17). Essas reflexões parecem ecoar dos anseios de modernidade dos grupos da elite erexinense. Em 1º de Julho de 1951, a coluna apresenta uma matéria intitulada “Sardas do Rosto”. A primeira frase já é impactante: “as sardas constituem desgraçiosidades que todos conhecem”. Continuando se diz que “não representam propriamente uma moléstia, mas causam contudo enorme desgosto aos que as possuem”. Apresenta-se então sua causa tida pela exposição ao sol, e em seguida passa-se a listar as práticas aconselháveis quanto a ela: como sair a rua com chapéus ou véus para que o sol não incida sobre a pele, posteriormente ainda se enumera medicamentos, cremes clareadores e loções esfoliantes para que se acabem com as sardas.

Por mais que, como citado na coluna, não se trate de uma moléstia ou algo grave, demonstra-se a preocupação de que as mulheres em específico devam tomar os cuidados citados com vistas a não agravarem as sardas já existentes ou criá-las no caso de não possuírem, pois estas acabam por se tornar elemento de desgraçiosidade no conjunto de suas feições. Percebe-se assim que se está prezando por um conjunto corpóreo que esteja em uma sincronia de perfectibilidade, em que até as menores imperfeições podem colocar em risco o projeto estético-civilizatório. Nesse sentido, difundiram-se discursos sob os mais variados suportes e pelas mais variadas vozes, uma vez que

obras literárias, críticas de arte, ensaios e tratados de antropologia, sexologia, sociologia, psiquiatria, medicina legal trouxeram argumentos científicos e políticos para defender a tese de que os “bons miscigenados” podiam ser aperfeiçoados. Médicos, educadores, antropólogos, artistas, estadistas, sob fontes intelectuais europeias, lançaram-se a tarefa de educar, sanar, reformar e embelezar o Homem brasileiro. (FLORES, 2007, p. 18)

A imprensa, então, se tornará palco do desejo de criação de novas sociabilidades ancorada nos discursos sobre o corpo moldando o tipo ideal pretendido. Stephanou afirma que “a consagração do enunciado de que a ação médica não deveria restringir-se ao consultório foi decorrência do intenso processo de atribuição de causas sociais às doenças, implicando que tal ação deveria ser social e política [...] e portanto, o médico deveria constituir-se também como sociólogo” (1999, p. 108). Dessa forma, o alargamento das práticas médicas para além dos consultórios é que irá trazer as ações medicinais permeando os mais

diversos espaços de inserção da vida cotidiana, como a imprensa no caso estudado. Dessa forma, vemos o Estado como articulador de projetos onde se encontram as estratégias de ordenamento dos sujeitos enquanto parte essencial para o alcance e realização dos novos ideais a que se pretendia estabelecer a sociedade. Nas palavras de Flores (2007) “criar a “raça nacional” é imprimir no corpo do cidadão não só sentimentos, uma língua e um tipo físico” (p. 19) mas também todo aparato civilizador que abrange a criação de um tipo ideal pretendido. O filósofo Francês Michel Foucault (1999) situa o racismo de Estado como o fenômeno fundamental do século XIX, no qual o problema da vida começaria a se problematizar no campo do pensamento político. Nele estariam as bases da tomada de poder sobre o homem. Daí a utilização das máximas: fazer morrer e deixar viver e fazer viver e deixar morrer, traz um sentido importante no que se vem desenvolvendo aqui enquanto possa se pensar que as posturas recomendadas, enquanto empreendimentos civilizatórios, fazem morrer ou deixam viver e fazem viver ou deixam morrer os indivíduos no todo social.

Em consonância com essa circulação de sentidos e valores elencados por Foucault e Flores, no dia 5 de agosto de 1951 o tema abordado foi “regime alimentar para conservar a juventude”. Inicia-se tratando a questão acerca da velhice como de grande interesse científico, e relata-se que há pouco se recebera notícias da França onde se estão realizando descobertas quanto a um soro que prolongaria a juventude. Porém, ressalta-se que as atenções estão se concentrando nos estudos acerca de um regime alimentar que contribua para o combate do envelhecimento. Demonstra-se então que naturalmente as pessoas abusam dos açúcares e gorduras, que acabam por causar casos de obesidade, ventre crescido, aumento de quadris e arremata-se essa sentença com a frase “e tantos outros casos de deformidades”. Dessa forma, através dessas características elencadas como deformidades, que se delineia, pelas sutilezas do discurso, um modelo em que se prezam corpos com padrões de peso mais baixos.

Por fim, afirma-se que um modo adequado de alimentação, que preze a ajuda na manutenção da juventude e saúde, deve constar-se de uma alimentação em que se ingiram carnes magras (cozidas ou grelhadas) e legumes, verduras e hortaliças (pouco cozidos para manter os nutrientes) além de ovos, frutas, mel e leite. Tal

preocupação, evidenciada pelo aparecimento em várias matérias da coluna, com a preservação da juventude e saúde chama a atenção para a necessidade de conservação dos padrões. Flores (2007) ressalta que, para o caso do feminino, a maternidade tornar-se-á campo discursivo específico, na qual o corpo (e não só ele, mas também a personalidade) da mulher se veria enclausurado exclusivamente em sua dimensão de gênero enquanto mera prescrição referente a estrutura biológica. Nesse âmbito, a eugenia, como movimento de melhoramento racial, vai apropriar-se de leis acerca da hereditariamente humana com finalidade de política social para propor á população intercessões visando garantir a formação de uma boa geração através de uma “higiene sexual”. Por isso que nos discursos, o consumidor torna-se ao mesmo tempo matéria-prima e produto de uma maquinação orquestrada pelas imagens-discursos. Flores aponta que diversos aportes, tais como obras de arte, literatura, debates políticos ou científicos e o próprio corpo são espaços fecundos de onde se podem partir análises referentes aos “agenciamentos de subjetividades, serializações maquínicas identitárias” (2007, p. 32).

No trato específico da utilização de cosméticos pelas mulheres, temos em 19 de julho de 1951 “alergia e produtos de beleza”. Nela se discutem alergias, que podem variar desde irritações até eczemas, causados pelo uso de produto de beleza tais como batons, rugas, tinturas, perfumes e cremes. Aponta-se então que tais alergias podem aparecer mesmo com o uso de produtos fabricados em laboratórios idôneos devido a sensibilidades especiais da pele.

Em momento algum fala-se sobre o deixar de usar produtos de beleza, somente se sinaliza para estar atenta aos sinais que podem ser os demonstrativos de alergias. O recurso da utilização de maquiagens é abordado nessa questão como natural para o público feminino, de modo que seja indicado que estas procurem cuidados médicos para qualquer reação adversa e para saber quais produtos estariam de acordo com sua pele, de modo a fazer a utilização sem problemas. Destaca-se a importância de se estar bem apresentável, de modo que as alergias acabem se tornando motivo de lesões mais graves que possam danificar a pele e conseqüentemente a aparência. A inserção imagética, cada vez mais presente nos espaços de difusão de informação, instaura a representação dos tipos ideais a serem incorporados que por sua vez se constituem nos cânones estéticos a serviço

dos ideais políticos e raciais estabelecidos pela nação. Dessa forma se vêem aproveitadas as sensibilidades estéticas para fins políticos (principalmente no que concerne ao estabelecimento de tipos ideais, propiciando uma certa produção em série). Vale ainda lembrar, que como afirma Stephanou “os manuais apresentam uma determinada listagem de condutas tendo como pano de fundo a produção da urbanidade associada a um estilo de vida saudável e higiênico” (1999, p. 328). Assim, a discussão de uma modernidade pretendida acaba por associar, em suas práticas discursivas, a possibilidade de aperfeiçoamento da população a higiene pública.

Os discursos eugênicos, com suas repetidas inserções visando a obtenção de um tipo ideal livre de fealdades acaba instaurando, segundo Flores (2007), uma utopia da perfectibilidade onde tudo poderia ser moldado, adaptado e conquistado. Um aspecto importante da ideia utópica de perfeição física é que esta funcionava em pares, ou seja um corpo perfeito abrigaria necessariamente um espírito de pureza moral. A pesquisadora lembra ainda que são justamente “os debates em torno da estética e das noções de feio e de belo forneceram instrumentos discursivos para classificar, hierarquizar e dividir as culturas da terra” (FLORES, 2007, p. 41). E a beleza, por sua vez, se tornaria a satisfação do indivíduo em se contemplar como perfeição de um tipo. A ciência (no caso da eugenia) e a arte (no caso das imagens) serão responsáveis pelo delineamento dos corpos no âmbito de uma representação

o ato de representação, em si, quer ser um ato de regulação. O corpo moldado numa armadura metafórica, dentro dos limites da integração formal, oferece o sentido da raça, saudável, branca, ariana. Trata-se, pois, de conceber o corpo humano como matéria moldável, controlável, possível de ser programada para alcançar fins estéticos. (FLORES, 2007, p. 59)

O médico eugenista seria uma espécie de escultor. Enquanto o escultor seria capaz de embelezar uma estátua ao trabalhar sobre ela raspando, alisando, tirando partes de modo a extrair uma bela imagem no mármore, o médico eugenista teria também essa capacidade sobre os corpos uma vez que trabalharia sobre eles de modo a extrair os supérfluos da carne, tratar imperfeições e torná-lo saudável. Sendo assim, o corpo aparece como campo político de investimento de uma moldagem social, ou seja uma tecnologia de aperfeiçoamento em consonância com projetos traçados visando um porvir social. Em uma “sociedade de massa, o aumento da população urbana com suas questões sociais, a visão dos mutilados de

guerra, a epidemia da gripe espanhola, etc., provocaram a sensação da “degeneração racial” (FLORES, 2007, p. 65), estaria aí aberto o caminho do empreendimento eugênico. Sendo assim, a eugenia seria tida como redenção para a humanidade, em seus múltiplos aspectos operaria

Como ciência, seu papel era investigar a geração para detectar, na genealogia familiar, a presença de elementos degenerativos; como arte, ela aplicaria os meios para produzir a boa geração; enquanto ramo da medicina social, medida eficaz conta os males causadores da degeneração da espécie e do abastardamento da raça. (FLORES, 2007, p. 63)

Criaram-se portanto taxonomias, de forma a classificar homens e mulheres, onde se levavam principalmente em consideração condutas moderadas quanto a sexualidade, boa aparência em termos de corpo, aplicação de hábitos de higiene, educação e trabalho. Pensar esses fenômenos, pressupõe perceber a nação, enquanto não “apenas uma entidade idealizada ou forma de política, mas um fenômeno político-cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para forjar o corpo coletivo da nação” (FLORES, 2007, P. 68). Desenvolveu-se uma engenharia social que destronava dúvidas quanto a possibilidade da formação da raça humana em questões físicas, mentais e morais, tendo como marco principal a publicação, por Francis Galton, de sua obra *Hereditary Genius* em 1869, de onde se veria desencadeada grande parte da crença que a melhoria da espécie seria garantida através do controle dos genes no que concerne a hereditariedade. Quanto a isso, Flores (2007, P. 76) relembra que:

Dois métodos, no tempo de Galton, foram sugeridos para se atingir as escalas superiores da raça humana: a eugenia negativa, que significava extirpar os defeitos da prole, pela esterilização ou controle do casamento. A positiva eugenia, que melhoraria o estoque humano, mantendo homens e mulheres dentro de princípios filosóficos de uma vida regrada.

Em pesquisa referente às práticas educativas de médicos no Rio Grande do Sul, Stephanou (1999) encontra diversas publicações em que:

No limite, imagina-se encontrar preceitos profiláticos e prescrição de comportamentos higiênicos relacionados as doenças. Essas suposições se confirmam. Contudo, surpreende um conjunto muito ariado de temas que abrangem desde instruções e procedimentos para a cura de pequenas moléstias, primeiros socorros, noções elementares de puericultura, enfim, cuidados básicos com a higiene do corpo, alimentar, das habitações, passando também pela codificação minuciosa de condutas de urbanidade. (p. 25)

Stephanou (1999) sinaliza então a importância de se atentar para a associação da civilidade com pressupostos de higiene. Se a saúde implica na utilização de condutas de asseio, cuidado e prescritividade; a civilidade asseguraria a saúde uma vez que as ações seriam pautadas tendo em mente cuidados com higiene, controle das pulsões do corpo e comportamentos. Nesse sentido, Stephanou (1999) reforça que:

Isso fica claro na forma como os conselhos são apresentados: mesclam-se argumentos “científicos”, com argumentos de ordem moral. Mas, muitas vezes, o tom moral prevalece e recomendam-se, sob advertências, ameaças, ironia ou zombaria, os procedimentos “naturalmente” adequados, apenas despercebidos da tola ignorância. (P. 326)

Essa conjugação de argumentos aponta para uma legitimidade de ambos. Segundo Foucault (1993), divulgados como de autoria de um médico, era possível atribuir-lhes um reconhecimento em que o discurso científico possibilitava sua acolhida como verdadeiros e autorizados.

Tais sessões, como as da coluna Conselhos de beleza, podem se passar despercebidas quanto as potencialidades de sua utilização em termos de uma análise que se preste a problematizar questões sobre um regramento social, já que, muitas vezes a leveza de sua abordagem não deixe explícito tal função; mas ela aliada a uma rede de informações veiculadas em termos de normas podem se perceber como suscetíveis de serem caracterizadas como uma forma de educação de sensibilidades; de modo que com o aumento da convivência social nas cidades a aceitação ou rejeição para com os demais era dada a partir da apresentação externa do sujeito

O aparecimento de uma coluna, presente massivamente nas edições dessa imprensa, em que predominavam a presença de assuntos relativos a saúde, e principalmente, que sempre alegaram a maneira que se deveria dar andamento a tais questões de forma a manter uma aparência/comportamento aceito socialmente. Essa circularidade/permanência dos conselhos nesse sentido de uma padronização civilizatória pode ser lida no encontro do que afirma Flores quanto a uma biopolítica de clones, onde se instauram tipos/modelos ideais a serem alcançados e seguidos no exercício do convívio social.

5. À guisa de considerações finais

O objetivo desse trabalho centrou-se na busca e análise de materiais na imprensa local que corroborem a uma compreensão da existência e prática de regramentos sociais, mais especificamente discursos de civilidade, enquanto parte da constituição das sociabilidades na época. Localizaram-se algumas colunas, tais como “Conselhos de Beleza”, “Preceitos do dia” e “Cantinho da menina-moça”, para além de matérias como as da “Campanha de Moralização”, “Campanha pela boa leitura”, questões específicas que suscitaram grandes debates em termos de moralidade como o divórcio e o carnaval, sem deixar de lembrar das questões das propagandas, para além de inúmeras matérias que se inseriam em estruturas conselhistas e de reflexão acerca de comportamentos.

A aliança entre os diferentes discursos formam uma rede de regramentos, que cobrem todas as situações passíveis de controle na sociedade. Dessa forma, vêm-se aliados os princípios morais, comportamentais, higiênicos e estéticos numa essência a ser buscada, e conseqüentemente atingida, de forma a criar um padrão que irá imperar na sociedade, e onde os que não o tiverem serão excluídos dos desígnios de bons cidadãos.

No que se refere à Revista de Erechim, a inserção de imagens predominantemente femininas deixa claro um ideal pedagógico de assimilação dos leitores a textualidade que essas deixam transparecer, e aliado aos discursos presentes nas publicações propõem um investimento em si através daquele ideário. FLORES corrobora tal hipótese quando afirma que “[...] a representação, em si performatizadora do modelo a ser copiado, imitado, reproduzido em massa, supõe que o modelo ideal representado obedeça a um cânone estético que corresponda ao ideal político e racial da nação” (2007, p. 33).

Dessa forma, podemos entender o empreendimento da Revista de Erechim enquanto um esforço pedagógico no que concerne a questão do feminino, já que tanto as imagens quanto os discursos convergem na direção da criação de sensibilidades.

Vale ainda lembrar, que como afirma Stephanou (1999) “os manuais apresentam uma determinada listagem de condutas tendo como pano de fundo a produção da urbanidade associada a um estilo de vida saudável e higiênico” (P. 328). Assim, a discussão de uma modernidade pretendida acaba por associar, em suas práticas discursivas, a possibilidade de aperfeiçoamento da população a higiene pública. Assim, no momento de uma construção de nacionalidades, as matérias demonstravam qualidades a serem alcançadas em questão de comportamentos, moral e higiene, de maneira a formar tipos ideais de cidadãos, nas linhas de uma bio-política.

Ressaltam-se ainda inúmeras possibilidades que podem ser empreendidas no uso dessas fontes, tais poderiam incluir análises mais detalhadas em termo das imagens, princípios higienistas nas publicações, questões relativas a educação, associação das publicações com a constituição (e conseqüentemente com a própria) história da cidade, perceber também as bases de modernidade presente nos discursos, as questões a respeito da infância, etc.

No caminho de se pensar as questões imagéticas (caminho que pretendo seguir) vale lembrar que entre os anos de 1950 e 1960 a cidade apresenta séries fotográficas que parecem ter construído a narrativa visual consolidada em Erechim. Estas são retomadas frequentemente quando os discursos sobre a cidade frizam seu ímpeto moderno, com planejamento urbanístico que incluía avenidas largas e arborizadas que convergiam ao centro em que se encontravam as estruturas políticas e religiosas, arquitetura predial imponente além da diversidade de espaços de convívio social como os cafés e cinemas. Esse próprio processo de urbanização, que por consequência traz rápidas mudanças na paisagem, acarreta um desejo pelo acondicionamento das memórias dessas transições, marcando assim a importância da fotografia enquanto preservação do tempo.

Conforme Monteiro (2013), analisar um conjunto de imagens como documento, requer percebê-las enquanto parte integrante do contexto humano. No mundo contemporâneo somos interpelados ao todo momento por um grande número de imagens de maneira que estas intervêm-se constantemente nas relações humanas com o visível e invisível, produzindo comportamentos, modelos de civilidade e modos de subjetivação. Desse modo, a imprensa parece ser lugar

privilegiado da disseminação de uma certa cultura visual, por isso, ainda segundo Monteiro (2006), o recorte da imprensa erechinense aqui enfocado demonstra que a predominância de certas imagens (vista aérea da cidade, Avenida, Castelinho, chafariz da praça central, retratos de acontecimentos sociais, etc.) acabam formando séries visuais além de narrativas que proporcionam, através da ênfase, a constituição de códigos de representação.

Assim, a Revista Erechim, enquanto veículo de forte inserção imagética, e o Jornal A Voz da Serra, contribuem em grande parte para a constituição de uma representação da cidade moderna. Esse empreendimento se dava prioritariamente através de discursos e imagens que ressaltavam características da cidade em acordo com referenciais típicas da modernidade.

A inserção imagética, cada vez mais presente nos espaços de difusão de informação, instaura a representação dos tipos ideais a serem incorporados que por sua vez se constituem nos cânones estéticos a serviço dos ideais políticos e raciais estabelecidos pela nação; dessa forma se veem aproveitadas as sensibilidades estéticas para fins políticos (principalmente no que concerne ao estabelecimento de tipos ideais, propiciando uma certa produção em série).

6. Referências

BAPTISTA, Íria C. Q. ABREU, Karen C. K. **A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial.** Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia, V. s/n, p. 01 à 23, 2010.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMPOS, Daniela Queiroz. **A Civilidade em traços e letras: Preceitos de civilidade na coluna Garotas, de O Cruzeiro, nos anos dourados (1950-1964).** Florianópolis, 2007. Monografia de conclusão de curso.

_____. **Espectros dos anos dourados: imagem, arte gráfica e civilidade na coluna Garotas da Revista O Cruzeiro (1950–1964).** Porto Alegre, 2010. Dissertação de mestrado.

CECCHIN, Cristiane. **LITERATURA PARA UMA VIDA EM MATRIMÔNIO: A construção das sensibilidades conjugais em manuais de civilidade.** Florianópolis, 2010. Dissertação de mestrado.

CESE, Centro de Ensino Superior de Erechim. **Histórico de Erechim.** Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979. 280 p.

CEREZER, Larissa. **No recato da intimidade: reflexões sobre a mulher e a família burguesa no brotar do século XX.** Percursos, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 31-39, jan. / jun. 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Portugal: Difel editora, 1987.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino.** Dourados, UFGD, 2014.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Projeto Saberes Impressos**. Imagens de Civilidade em textos escolares e não-escolares: composição e circulação (décadas de 50 a 70 do século XX).

_____. **Armadilhas da sedução**: os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FABRIS, Neivo Ângelo. **Revista de Erechim** – Uma inédita e efêmera experiência na zona colonial do RS. Especialização em Ensino de História do Rio Grande do Sul.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Tecnologia e Estética do Racismo**: ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007.

FORNAZARI, Luciana. **Gênero em Revista** – Imagens modernas de homens e mulheres na revista O Cruzeiro do segundo pós-guerra. Florianópolis, UFSC, 2001 (dissertação de mestrado).

ILLA FONT, Juez Miguel. **Serra do Erechim**: Tempos Heróicos. Erechim: Empresa Gráfica Carraro, 1983. 334 p.

LIMA, Laura Ferraza de. **Vestida de frivolidades**: a moda feminina em suas visões estrangeira e nacional na revista O Cruzeiro de 1929 a 1948. Porto Alegre, 2009. Dissertação de mestrado.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de texto). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PETRUSKI, Maura Regina; CHAVES, Niltonci Batista. **O Preceito do Dia**: educação e saúde no Diário dos Campos (1951-1955). Revista de História Regional 18(2): 292-315, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de texto). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, Século XIX.** Acervo. Rio de Janeiro. V8, nº 1-2, p. 139 -152. Jan/dez, 1995.

REVEL, Jacques. Os usos da Civilidade. In: **História da Vida Privada 3: Da renascença ao século das luzes.** CHARTIER, Roger (Org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SALERNO, Laura Peretto. **Querida ensina: Preceitos de comportamentos femininos em páginas da Revista Querida (1958-1968).** Dissertação de Mestrado – UDESC. 2009.

SALERNO, L. P.; CUNHA, M. T. S. **Discursos para o feminino em páginas da revista Querida (1958-1968): aproximações.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 40, p. 127-139, abr./jun. 2011. Editora UFPR.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: dom Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e Educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX.** Porto Alegre, 1999.